

Relatório de Governo
Societário

2025

Águas do Vale do Tejo, SA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2026

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo).....	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas.....	9
III.	Estrutura de capital	23
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	27
V.	Órgãos Sociais e Comissões	29
A.	Modelo de Governo.....	29
B.	Assembleia Geral.....	30
C.	Administração e Supervisão	31
D.	Fiscalização.....	56
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC).....	63
F.	Conselho Consultivo.....	65
G.	Auditor Externo.....	65
VI.	Organização Interna	66
A.	Estatutos e Comunicações.....	66
B.	Controlo interno e prevenção de riscos.....	71
C.	Regulamentos e Códigos.....	81
D.	Deveres especiais de informação	89
E.	Sítio na Internet	90
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	93
VII.	Remunerações	95
A.	Competência para a Determinação	95
B.	Comissão de Fixação de Remunerações.....	96
C.	Estrutura das Remunerações.....	97
D.	Divulgação das Remunerações.....	103
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	107
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	111
X.	Avaliação do Governo Societário.....	120
XI.	Anexos do RGS	127

I. Síntese (Sumário Executivo)

1. A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2025.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, criou um sistema multimunicipal, por agregação de sistemas multimunicipais já existentes, e constituiu a respetiva entidade gestora, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. (AdLVT), atribuindo-lhe a exploração e a gestão concessionada daqueles sistemas.

Este sistema abrangia a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição.

O sistema em apreço havia resultado da agregação de oito sistemas multimunicipais, que se extinguíram no dia da constituição do novo sistema, nomeadamente:

- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte Alentejano, criado pelo Decreto-Lei n.º 128/2000, de 6 de julho e gerido pela Águas do Norte Alentejano, SA (AdNA);
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Alto Zêzere e Côa, criado pelo Decreto-Lei n.º 121/2000, de 4 de julho e gerido pela Águas do Zêzere e Côa, SA (AdZC);
- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho e gerido pela SANEST, SA;
- Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro e gerido pela SIMARSUL, SA;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro e gerido pela SIMTEJO, SA;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, criado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 30 de junho e gerido pela Águas do Centro, SA (AdC);
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro e gerido pela Águas do Oeste, SA (AdO); e
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Alentejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 130/2002, de 11 de maio e gerido pela Águas do Centro Alentejo, SA (AdCA).

Integrava, como utilizadores no abastecimento de água e saneamento de águas residuais, setenta municípios e, apenas na componente de saneamento de águas residuais, dezasseis municípios. A população residente abrangida pelo sistema era de 1,1 milhões de habitantes, na atividade de abastecimento de água, e cerca de 3,7 milhões habitantes, na atividade de saneamento de águas residuais.

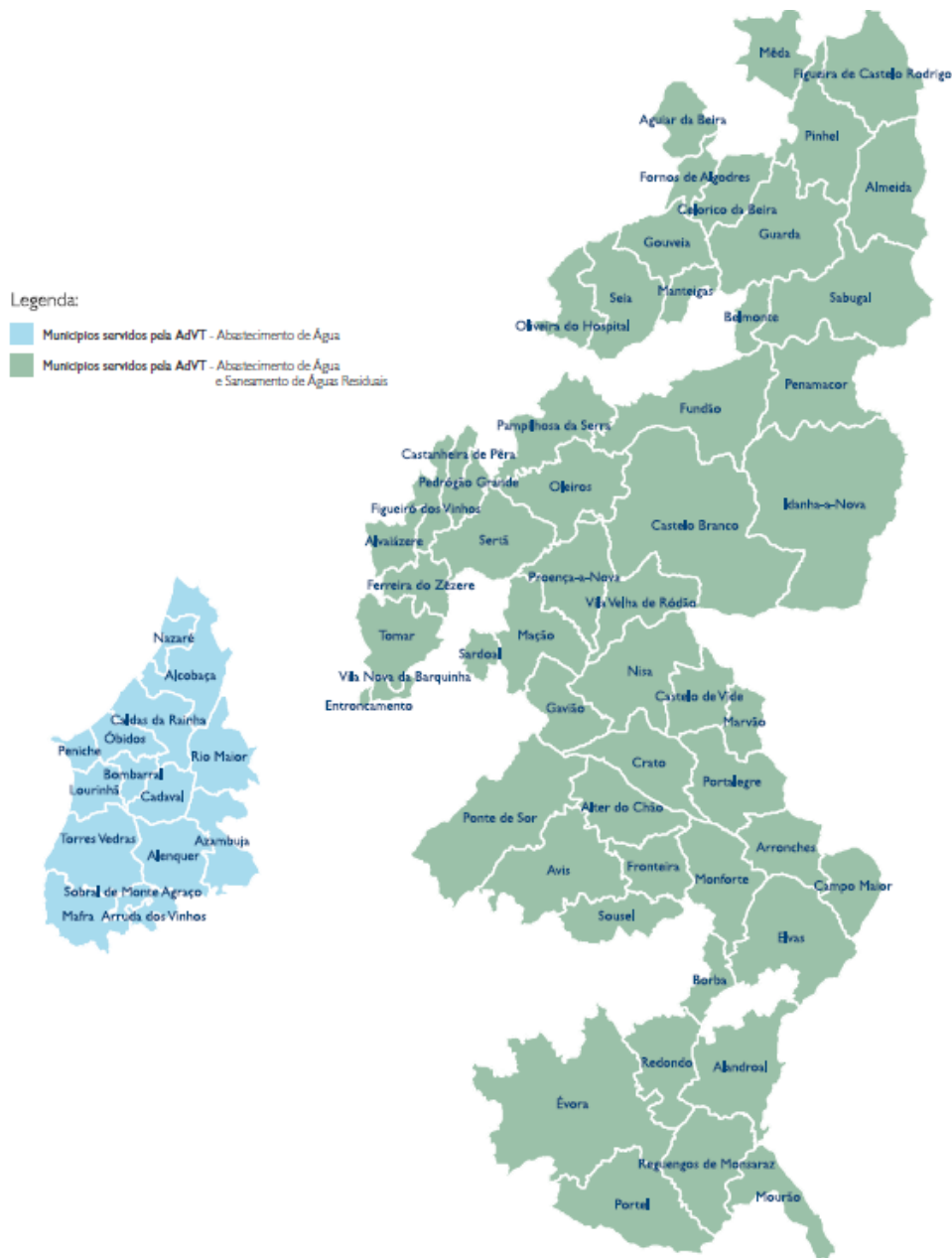
No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, foram criados dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, e foi redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., para Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT), tendo por essa via sido substancialmente alterado o seu âmbito territorial.

Dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na Águas do Vale do Tejo apenas cinco, um deles somente na atividade de abastecimento. Os sistemas de saneamento anteriormente geridos pelas empresas cindidas Sanest, Simtejo e Águas do Oeste passaram, com a cisão em apreço, a ser da responsabilidade da Águas do Tejo Atlântico, e o sistema de saneamento anteriormente gerido pela Simarsul passou a ser gerido pela “nova” Simarsul.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange agora os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

A gestão e exploração do sistema de abastecimento de água da região Oeste foi alvo de um contrato entre a EPAL e a então Águas do Oeste, tendo a EPAL iniciado em janeiro de 2016 a gestão do sistema em regime de exclusividade. A operação, manutenção e exploração do sistema é assegurada pela EPAL, que entrega a água à Águas do Vale do Tejo nos pontos de entrega desta aos municípios, que por sua vez procede ao fornecimento aos seus clientes.



O desafio da uniformização das melhores práticas, de identificação e otimização das sinergias e da melhoria da prestação de serviços e das relações com as entidades servidas continuará a ser o principal desiderato

dos gestores, responsáveis e demais trabalhadores, na procura das respostas necessárias à melhoria da qualidade e sustentabilidade do nosso futuro.

No corrente ano, a Águas do Vale do Tejo prosseguiu a sua missão num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, promovendo uma utilização sustentável dos recursos naturais e a preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, o equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, a equidade no acesso aos serviços básico e a promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em 25 de junho de 2025, a Assembleia Geral deliberou aprovar a recomposição do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, para um novo mandato a iniciar em 2025, mediante a dissolução, por mera conveniência, do Conselho de Administração então em funções, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 1, do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual. Esta deliberação produziu efeitos a 25 de junho de 2025.

A constituição do Conselho de Administração para o mandato 2025-2027 é a seguinte:

- Presidente Executivo | José Manuel Leitão Sardinha
- Vice-Presidente Executivo | Manuel Joaquim Barata Frexes
- Vogal Executivo | Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira
- Vogal Executivo | Maria do Rosário Cardoso Águas
- Vogal Não Executivo | Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre
- Vogal Não Executivo | Joaquim dos Santos Bernardo Diogo, Presidente da Câmara Municipal do Crato
- Vogal Não Executivo | Hugo Renato Ferreira Cristóvão, Presidente da Câmara Municipal de Tomar

Relativamente ao conteúdo do Relatório do Governo Societário, o presente documento evidencia que a Águas do Vale do Tejo cumpriu em 2025, com as Boas Práticas do Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na Secção II do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (RJSPE), e demais legislação aplicável, não se verificando alterações de relevância em matérias de Boas Práticas de Governo Societário.

2. Da tabela a incluir constará a informação seguinte:

De acordo com as Instruções emanadas para a preparação e elaboração do Relatório de Governo Societário para o ano em apreço, apresenta-se o quadro seguinte:

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 43.º	Apresentou Plano de Atividades e Orçamento para 2025 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x	
	Obteve aprovação pelas tutelas financeira e setorial do Plano de Atividades e Orçamento para 2025	x	
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios *	x	
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa **	x	
Artigo 46.º	Elaborou os relatórios de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	x	
Artigo 47.º	Adotou um Código de Ética e divulgou o documento	x	
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		x
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x	
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade***	x	
Artigo 51.º	Declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se absterem de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x	
Artigo 52.º	Declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças	x	
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a ETF tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do seu sítio na <i>internet</i>	x	
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x	

** O relatório trimestral de execução orçamental do 4.º trimestre de 2025 será submetido após a aprovação das contas do exercício de 2025.*

*** A informação financeira anual de 2024 foi submetido ao ROC e a informação financeira anual de 2025 será formalmente submetida em data posterior ao presente Relatório.*

**** Implementado na EPAL que detém a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, a qual abrange os trabalhadores afetos à gestão delegada na empresa.*

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da Missão e da forma como é prosseguida, assim como da Visão e dos Valores que orientam a empresa (vd. artigo 43.º do RJSPE).

MISSÃO

A Águas do Vale do Tejo tem por missão a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões servidas pelo sistema.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da Águas do Vale do Tejo, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

POLÍTICA DE GESTÃO

No âmbito do contexto organizacional da Águas do Vale do Tejo, cuja gestão delegada é assegurada pela EPAL, e por forma a dar cumprimento à legislação e normas aplicáveis e à missão, visão e valores, de modo socialmente responsável, económico e ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es, foram assumidos os seguintes compromissos pela EPAL, os quais se aplicam à Águas do Vale do Tejo:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;
- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;
- Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a empresa;
- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e,

tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;

- Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade;
- Gestão de Ativos – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;
- Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco-eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;
- Combate e Adaptação às Alterações Climáticas – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a

adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;

- Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;
- Segurança da informação – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;
- Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- Envolvimento da Cadeia de Fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplica as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e

desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;

- Economia Circular – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

2.Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vd. artigo 38.º do RJSPE), designadamente:

A atividade prosseguida pela Empresa, enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Adicionalmente, o exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração, no mandato 2025-2027, deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado, para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa):

A – CULTURA DE GRUPO

1. Atuar sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento
 - 1.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência.
 - 1.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais.
 - 1.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
2. Potenciar a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 2.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação.
 - 2.2. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo.

3. Sensibilizar os stakeholders para a importância da prestação do serviço e para a globalidade dos custos, incluindo ambientais, incorridos com a mesma, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades.
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais.
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
 - 3.4. A educação e formação desta e das próximas gerações, através de ações pedagógicas e de comunicação junto das comunidades.

B – EXCELÊNCIA DE SERVIÇO

4. Assegurar as metas de serviço público estabelecidas para a Qualidade das Águas
 - 4.1. Em relação à Qualidade da Água para consumo humano.
 - 4.2. Em relação à Qualidade da Água residual tratada e descarregada no meio recetor.
 - 4.3. Em relação à Qualidade da Água residual tratada e reutilizada.
5. Assegurar as metas de serviço público estabelecidas para a Fiabilidade do serviço
 - 5.1. Minimizando as falhas de abastecimento.
 - 5.2. Minimizando os colapsos de coletores.
6. Assegurar as metas estabelecidas para a Quantidade da Água
 - 6.1. Adequação do dimensionamento dos sistemas de abastecimento à procura.
 - 6.2. Adequação do dimensionamento dos sistemas de saneamento para a população equivalente servida.

C – EXCELÊNCIA NA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7. Responder às exigências do novo quadro legal comunitário ambiental
 - 7.1. Preparação para o cumprimento das exigências decorrentes da revisão de diretivas europeias, designadamente a Diretiva de Qualidade da Água para Consumo Humano e a Diretiva de Águas Residuais Urbanas.
8. Potenciar a Inovação, Investigação e Desenvolvimento, bem como a Transição digital
 - 8.1. Num quadro de estímulo à Inovação, Investigação e Desenvolvimento, quer de natureza operacional, quer de resposta aos grandes desafios do setor.
 - 8.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas, em particular no que se refere a sistemas de telemetria, telegestão, sistemas de informação incluindo BIM e recurso à inteligência artificial.
9. Reforçar a resiliência dos sistemas infraestruturais
 - 9.1. Promoção das boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, através de:
 - 9.1.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação.
 - 9.1.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização.
 - 9.1.3. Processos de planeamento e execução de investimentos e de manutenção tendo como base as melhores práticas de gestão do risco.
 - 9.2. Implementação das melhores práticas a nível da *security* das infraestruturas, incluindo prevenção / resistência a ameaças de diversos tipos, e reação e recuperação em caso de emergência, dando prioridade às infraestruturas críticas (regionais e nacionais).
 - 9.3. Implementação das exigências decorrentes do DL 22/2025, referente às Entidades Críticas nacionais.
10. Reforçar a resiliência das operações
 - 10.1. Atuação ao nível das cadeias de fornecimento, garantindo a fiabilidade do acesso a matérias indispensáveis à exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento quer em tempos de operação regular, quer em situações de emergência.

- 10.2. Identificação dos efeitos de curto, médio e longo prazo das alterações climáticas nas origens de água e nos meios recetores, a nível da quantidade e da quantidade, adotando atempadamente medidas de adaptação.
 - 10.3. Adoção de uma estratégia de gestão de informação operacional, que garanta a sua atualização, consistência, completude e acessibilidade.
 - 10.4. Preparação para o cumprimento das exigências da nova diretiva europeia NIS2, relativa à segurança de informação.
 - 10.5. Adoção das melhores práticas em termos de segurança e saúde dos trabalhadores e de terceiros.
11. Eficiência e circularidade
- 11.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, nomeadamente por redução de perdas e de consumo de energia.
 - 11.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética.
 - 11.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território para resolução articulada dos desafios associados às afluências indevidas industriais, pluviais e salinas.
 - 11.4. Implementação de respostas aos desafios associados à gestão de resíduos, potenciando, sempre que possível, a sua circularidade.

D – SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E REFORÇO DA COESÃO TERRITORIAL

12. Assegurar a sustentabilidade económica
- 12.1. No respeito pelo enquadramento legal e regulatório aplicável ao setor empresarial do estado e, em particular, ao setor do abastecimento e saneamento de água.
 - 12.2. Num quadro de eficiência operacional e racionalidade económica.
 - 12.3. Integração consistente e coerente de respostas às alterações climáticas (mitigação e adaptação) nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
13. Contribuir para a consolidação e sustentabilidade do setor urbano, em linha com o plano estratégico setorial, em especial
- 13.1. Adoção de modelos tarifários que convirjam para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades.
 - 13.2. Integração dos empreendimentos hidráulicos cujo utilizador principal é uma empresa do Grupo.

14. Contribuir para a sustentabilidade do setor da água e reforço da coesão territorial, em linha com a estratégia nacional 'Água Que Une'
 - 14.1. Atuação ao nível da Eficiência e da Resiliência, potenciando e, se necessário, reforçando, o capital físico disponível, num quadro multisetorial e integrado.
 - 14.2. Adoção da visão de que a água é só uma, recorrendo a diferentes origens (água doce superficial, água doce subterrânea, água residual tratada, água pluvial, água salobra, água do mar) para diferentes usos com qualidades compatíveis.
 - 14.3. Contribuição para uma gestão inteligente, ágil e eficaz dos recursos hídricos.
 - 14.4. Contribuição para a governança e implementação da estratégia "Água Que Une", incluindo criação de instrumento empresarial dedicado.

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a Empresa não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

a)Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio (com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade);

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores.

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Águas do Vale do Tejo, são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deverá submeter junto da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato.

O Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, eleito em 25 de junho de 2025 para o mandato 2025-2027, deu cumprimento ao referido normativo em 13 de fevereiro de 2026, tendo a proposta sido instruída de acordo com as regras aplicáveis (designadamente as constantes na nota técnica da ETF,

observando o disposto na Portaria n.º 317-A/2021), aguardando nesta data a respetiva aprovação da proposta apresentada.

De acordo com a Lei, a celebração do contrato de gestão só ocorre após a obtenção de parecer prévio da ETF, e subsequente concordância dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa, quanto à proposta integral de contrato de gestão, incluindo os objetivos. Sem prejuízo do que antecede, será feita a avaliação tendo por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais propostos, bem como as fórmulas de cálculo para o apuramento do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos.

AdVT - Águas do Vale do Tejo							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025		Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação
			1,0	0,8	0,5	0,0	
1. Objetivos Estratégicos							
1.1	Eficiência de Gestão (GO/VN)	Variação face ao PAO aprovado	VAR ≤ -0,10 pp	-0,10 pp < VAR ≤ 0,00 pp	0,00 pp < VAR ≤ +0,10 pp	VAR > +0,10 pp	5%
1.2	Volume de Negócios (VN)	Variação face ao ano anterior ajustado pelo mês em que se realizou a atualização tarifária e pelas características hidrológicas do ano	VAR > 0%	-5% ≤ VAR ≤ 0%	-10% ≤ VAR < -5%	VAR < -10%	5%
1.3	Resultado operacional (RO), líquido de imparidades, variação das provisões e correções de justo valor	Variação face ao ano anterior	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	20%

AdVT - Águas do Vale do Tejo							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025		Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação
			1,0	0,8	0,5	0,0	
2. Objetivos Setoriais							
2.1	Qualidade da Água Fornecida	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA04 - "Água Segura" (AS)	AS ≥ 98,50%	97,00% ≤ AS < 98,50%	90,00% ≤ AS < 97,00%	AS < 90,00%	10%
2.2	Qualidade das Águas Residuais	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR21 - "Cumprimento dos requisitos de descarga" (RD)	RD ≥ 95,00%	90,00% ≤ RD < 95,00%	80,00% ≤ RD < 90,00%	RD < 80,00%	10%
2.3	Falhas no abastecimento	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA03 - "Ocorrência de falhas de abastecimento" (FA)	FA ≤ 0,05	0,05 < FA ≤ 0,06	0,06 < FA ≤ 0,08	FA > 0,08	5%
2.4	Colapsos nos coletores	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR10 - "Ocorrência de colapsos estruturais em coletores" (CC)	CC ≤ 1,0	1,0 < CC ≤ 1,5	1,5 < CC ≤ 2,0	CC > 2,0	5%

AdVT - Águas do Vale do Tejo							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025		Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação
			1,0	0,8	0,5	0,0	
3. Objetivos Individuais							
3.1	JOSÉ SARDINHA	Aprovação em Reunião de Conselho de Administração da apresentação da manifestação de interesse ou proposta de concessão ou autorização para produção hidroelétrica em infraestruturas existentes ou a construir	1 manifestação de interesse ou proposta até 30.11.2025	1 manifestação de interesse ou proposta até 15.12.2025	Aprovada 1 manifestação de interesse ou proposta até 31.12.2025	Não forem aprovadas nenhuma manifestações de interesse ou propostas	30%
	Apresentação de propostas com vista a obter a concessão ou autorização para produção hidroelétrica em infraestruturas existentes ou a construir						
3.2	MANUEL FREXES	Cumprimento do Plano de Simulacros N.º Ações executadas (AE) face ao previsto para o ano em causa	AE ≥ 90,00%	80,00% ≤ AE < 90,00%	70,00% ≤ AE < 80,00%	AE < 70,00%	30%
	Implementação do Plano de Simulacros						
3.3	CATARINA OLIVEIRA	Variação do endividamento bruto face ao proposto em PAO	VAR < -5%	-5% ≤ VAR < 0%	0% ≤ VAR < +5%	VAR ≥ +5%	30%
	Endividamento Bruto						
3.4	ROSÁRIO ÁGUAS	Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento de Concurso para as empreitadas em avaliação	Lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais de Outubro de 2025	Lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais de Novembro de 2025	Lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais de Dezembro de 2025	Não lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais 31.12.2025	30%
	Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar)						

AdVT - Águas do Vale do Tejo							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	
		1,0	0,8	0,5	0,0		
4. Outros							
4.1	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva: Nº Ações executadas (AE) face ao previsto	AE ≥ 90,00%	80,00% ≤ AE < 90,00%	70,00% ≤ AE < 80,00%	AE < 70,00%	5%
4.2	Respeito pelos prazos de pagamento	Prazo médio de pagamento - PMP (dias)	PMP < 30	30 ≤ PMP < 35	35 ≤ PMP < 40	PMP ≥ 40	5%

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Conforme referido na alínea anterior, o grau de cumprimento dos objetivos propostos foi, em 2025, o seguinte:

AdVT - Águas do Vale do Tejo										
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global	
		1,0	0,8	0,5	0,0					
1. Objetivos Estratégicos										
1.1	Eficiência de Gestão (GD/VN)	Varição face ao PAO aprovado	VAR ≤ -0,10 pp	-0,10 pp < VAR ≤ 0,00 pp	0,00 pp < VAR ≤ +0,10 pp	VAR > +0,10 pp	5%	-2,66 pp	1,0	0,1
1.2	Volume de Negócios (VN)	Varição face ao ano anterior ajustado pelo mês em que se realizou a atualização tarifária e pelas características hidrológicas do ano	VAR > 0%	-5% ≤ VAR ≤ 0%	-10% ≤ VAR < -5%	VAR < -10%	5%	+4%	1,0	0,1
1.3	Resultado operacional (RO), líquido de imparidades, variação das provisões e correções de justo valor	Varição face ao ano anterior	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	20%	+12%	1,0	0,2
2. Objetivos Setoriais										
2.1	Qualidade da Água Fornecida	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AAD4 - "Água Segura" (AS)	AS ≥ 98,50%	97,00% ≤ AS < 98,50%	90,00% ≤ AS < 97,00%	AS < 90,00%	10%	99,61%	1,0	0,1
2.2	Qualidade das Águas Residuais	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR21 - "Cumprimento dos requisitos de descarga" (RD)	RD ≥ 95,00%	90,00% ≤ RD < 95,00%	80,00% ≤ RD < 90,00%	RD < 80,00%	10%	94,58%	0,8	0,1
2.3	Falhas no abastecimento	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AAD3 - "Ocorrência de falhas de abastecimento" (FA)	FA ≤ 0,05	0,05 < FA ≤ 0,06	0,06 < FA ≤ 0,08	FA > 0,08	5%	0,36	0,0	0,0
2.4	Colapsos nos coletores	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR10 - "Ocorrência de colapsos estruturais em coletores" (CC)	CC ≤ 1,0	1,0 < CC ≤ 1,5	1,5 < CC ≤ 2,0	CC > 2,0	5%	2,2	0,0	0,0
3. Objetivos Individuais										
3.1	JOSÉ SARDINHA	Aprovação em Reunião de Conselho de Administração da apresentação da manifestação de interesse ou proposta de concessão ou autorização para produção hidroelétrica em infraestruturas existentes ou a construir	1 manifestação de interesse ou proposta até 30.11.2025	1 manifestação de interesse ou proposta até 15.12.2025	Aprovada 1 manifestação de interesse ou proposta até 31.12.2025	Não forem aprovadas nenhuma manifestações de interesse ou propostas	30%	09/10/2025	1,0	0,3
	MANUEL FREXES	Cumprimento do Plano de Simulacros N.º Ações executadas (AE) face ao previsto para o ano em causa	AE ≥ 90,00%	80,00% ≤ AE < 90,00%	70,00% ≤ AE < 80,00%	AE < 70,00%	30%	101,45%	1,0	0,3
3.3	CATARINA OLIVEIRA	Endividamento Bruto	VAR < -5%	-5% ≤ VAR < 0%	0% ≤ VAR < +5%	VAR ≥ +5%	30%	-21%	1,0	0,3
3.4	RDSÁRIO ÁGLIAS	Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação	Lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais de Outubro de 2025	Lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais de Novembro de 2025	Lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais de Dezembro de 2025	Não lançamento da Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar) até finais 31.12.2025	30%	16/09/2025	1,0	0,3
	Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar)									
4. Outros										
4.1	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva: Nº Ações executadas (AE) face ao previsto	AE ≥ 90,0%	80,00% ≤ AE < 90,00%	70,00% ≤ AE < 80,00%	AE < 70,00%	5%	99,0%	1,0	0,1
4.2	Respeito pelos prazos de pagamento	Prazo médio de pagamento - PMP (dias)	PMP < 30	30 ≤ PMP < 35	35 ≤ PMP < 40	PMP ≥ 40	5%	29	1,0	0,1

A avaliação média global do ano foi de 88%, considerando-se assim uma avaliação global positiva, de acordo com o grau de concretização alcançado.

Atendendo à avaliação atingida, não se antevê necessidade de efetuar medidas de correção aos resultados alcançados.

Os indicadores em apreço serão objeto de análise pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo AdP, sendo que atendendo que se trata de uma proposta de objetivos, será apenas emitido um relatório de cumprimento dos objetivos de gestão.

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa.

As atividades da Águas do Vale do Tejo estão sujeitas a um conjunto de fatores chave que impactam nos resultados, dos quais destacamos:

- Atuação do Regulador Setorial, com independência assegurada e poderes sucessivamente acrescidos;
- Forte relevância do preço da energia, enquanto variável não controlável e que constitui, no conjunto dos gastos operacionais, a rubrica mais relevante dos Fornecimentos e Serviços Externos;
- Gestão do equilíbrio relacional com os parceiros municipais na sua dupla condição de acionistas e utilizadores dos sistemas;
- Regularização, pela via de negociação de acordos de pagamento, de elevados montantes de dívidas vencidas de clientes municipais, num contexto de forte restrição orçamental autárquico;
- Acesso ao *cash-flow* do utilizador final e medidas que assegurem esse acesso progressivo, num contexto em que a Águas do Vale do Tejo não gere, no território abrangido, o ciclo integrado da água (alta e baixa) e em que a criticidade do serviço não permite a interrupção do fornecimento por falha de pagamento municipal do serviço;
- Enquadramento macroeconómico do país, enquanto fator determinante nas condições de acesso e custo de capital;
- Exigências ambientais, nacionais e comunitárias, relevantes num quadro de contenção de gastos no setor público;
- Capacidade de atrair os meios humanos necessários em face das restrições impostas ao setor público.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vd. n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE).

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos utilizadores e clientes.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Em 2025, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pelas Tutelas Setorial e Financeira.

III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: Capital estatutário ou Capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vd. alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

A 31 de dezembro de 2025, o capital social da Águas do Vale do Tejo é de 83.759.578 euros, conforme disposto no anexo VI do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, atualmente com a seguinte composição acionista:

	Categoria A	Categoria B	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total do Capital Social Subscrito	Capital Realizado
Águas de Portugal, SGPS, SA	54.373.639	3.200.000	57.573.639	57.573.639	68,74%	57.573.639
Aguiar da Beira	108.235	0	108.235	108.235	0,13%	108.235
Alandroal	150.625	0	150.625	150.625	0,18%	150.625
Alcobaça	640.334	0	640.334	640.334	0,76%	640.334
Alenquer	1.318.667	0	1.318.667	1.318.667	1,57%	1.318.667
Almeida	124.835	0	124.835	124.835	0,15%	124.835
Alter do Chão	118.300	0	118.300	118.300	0,14%	118.300
Alvaiázere	280.370	0	280.370	280.370	0,33%	280.370
Arronches	98.060	0	98.060	98.060	0,12%	98.060
Arruda dos Vinhos	384.123	0	384.123	384.123	0,46%	384.123
Ass. Municípios do Oeste	2.079	0	2.079	2.079	0,00%	2.079
Avis	155.355	0	155.355	155.355	0,19%	155.355
Azambuja	1.438.150	0	1.438.150	1.438.150	1,72%	1.438.150
Belmonte	68.790	0	68.790	68.790	0,08%	68.790
Bombarral	354.202	0	354.202	354.202	0,42%	354.202
Cadaval	341.977	0	341.977	341.977	0,41%	341.977
Caldas da Rainha	437.096	0	437.096	437.096	0,52%	437.096
Campo Maior	248.000	0	248.000	248.000	0,30%	248.000
Castanheira de Pêra	118.085	0	118.085	118.085	0,14%	118.085
Castelo Branco	3.294.000	0	3.294.000	3.294.000	3,93%	3.294.000
Castelo de Vide	115.735	0	115.735	115.735	0,14%	115.735
Crato	132.840	0	132.840	132.840	0,16%	132.840
EDIA	250.000	0	250.000	250.000	0,30%	250.000
Elvas	703.245	0	703.245	703.245	0,84%	703.245
Évora	1.342.215	0	1.342.215	1.342.215	1,60%	1.342.215
Ferreira do Zêzere	312.035	0	312.035	312.035	0,37%	312.035
Figueira de Castelo Rodrigo	91.960	0	91.960	91.960	0,11%	91.960
Figueiró dos Vinhos	150.145	0	150.145	150.145	0,18%	150.145
Fornos de Algodres	116.550	0	116.550	116.550	0,14%	116.550
Fronteira	108.610	0	108.610	108.610	0,13%	108.610
Fundão	280.410	0	280.410	280.410	0,33%	280.410
Gavião	150.795	0	150.795	150.795	0,18%	150.795
Gouveia	328.010	0	328.010	328.010	0,39%	328.010

	Categoria A	Categoria B	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total do Capital Social Subscrito	Capital Realizado
Guarda	431.100	0	431.100	431.100	0,51%	431.100
Idanha -a -Nova	412.915	0	412.915	412.915	0,49%	412.915
Lourinhã	904.750	0	904.750	904.750	1,08%	904.750
Manteigas	104.640	0	104.640	104.640	0,12%	104.640
Marvão	111.460	0	111.460	111.460	0,13%	111.460
Mêda	86.220	0	86.220	86.220	0,10%	86.220
Monforte	97.775	0	97.775	97.775	0,12%	97.775
Mourão	59.765	0	59.765	59.765	0,07%	59.765
Nazaré	194.781	0	194.781	194.781	0,23%	194.781
Nisa	256.555	0	256.555	256.555	0,31%	256.555
Óbidos	370.193	0	370.193	370.193	0,44%	370.193
Oleiros	115.610	0	115.610	115.610	0,14%	115.610
Oliveira do Hospital	459.315	0	459.315	459.315	0,55%	459.315
Pampilhosa da Serra	125.455	0	125.455	125.455	0,15%	125.455
Pedrogão Grande	240.185	0	240.185	240.185	0,29%	240.185
Penamacor	94.155	0	94.155	94.155	0,11%	94.155
Peniche	274.681	0	274.681	274.681	0,33%	274.681
Pinhel	164.505	0	164.505	164.505	0,20%	164.505
Ponte de Sor	494.010	0	494.010	494.010	0,59%	494.010
Portalegre	726.050	0	726.050	726.050	0,87%	726.050
Proença -a -Nova	328.455	0	328.455	328.455	0,39%	328.455
Redondo	152.405	0	152.405	152.405	0,18%	152.405
Rio Maior	606.052	0	606.052	606.052	0,72%	606.052
Sabugal	153.385	0	153.385	153.385	0,18%	153.385
Seia	624.330	0	624.330	624.330	0,75%	624.330
Sertã	304.175	0	304.175	304.175	0,36%	304.175
Sobral de Monte Agraço	267.472	0	267.472	267.472	0,32%	267.472
Sousel	158.210	0	158.210	158.210	0,19%	158.210
Tomar	1.396.570	0	1.396.570	1.396.570	1,67%	1.396.570
Torres Vedras	2.584.932	0	2.584.932	2.584.932	3,09%	2.584.932
Vila Velha de Ródão	122.000	0	122.000	122.000	0,15%	122.000
	80.559.578	3.200.000	83.759.578	83.759.578	100,00%	83.759.578

O capital social da sociedade encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 80.559.578 ações da categoria A, com o valor nominal de um euro e por 3.200.000 ações da categoria B, com o valor nominal de um euro. Apesar de estarem estatutariamente previstas, não existem ações da categoria C.

As ações da categoria A e da categoria B são nominativas e assumem exclusivamente a forma escritural, podendo estas últimas, no entanto, ser convertidas em ações ao portador a pedido do acionista e mediante deliberação da Assembleia Geral.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

As limitações à titularidade de ações estão previstas no artigo 6.º dos Estatutos da Águas do Vale do Tejo, destacando-se as seguintes:

- a) As ações da categoria A e da categoria C devem, isolada ou conjuntamente, representar, sempre e pelo menos, 51 % do capital social com direito a voto;
- b) As ações da categoria A apenas podem ter como titulares entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, e municípios utilizadores do sistema ou entidades de natureza intermunicipal onde aqueles participem;
- c) As ações da categoria C apenas podem ser detidas pela AdP — Águas de Portugal, SGPS, S.A., por sociedades de capitais exclusivamente públicos e maioritariamente por estas participadas e pelos municípios que tenham celebrado contratos de parceria para exploração e gestão de sistemas municipais de que a sociedade seja a entidade gestora;

As limitações à transmissão de ações constam do artigo 8.º dos Estatutos da Águas do Vale do Tejo, que estipula o seguinte:

- As ações das categorias A e C apenas podem ser transmitidas a favor dos demais acionistas da mesma categoria de ações, e a favor das entidades referidas nas alíneas b) e c) do parágrafo anterior, respetivamente;
- A transmissão das ações das categorias A e C, bem como de ações nominativas da categoria B, fica subordinada ao consentimento da sociedade;
- Existe direito de preferência na transmissão de ações da categoria A e da categoria C a favor dos acionistas titulares da mesma categoria de ações, exceto se a transmissão for realizada a favor de algum município;
- Os acionistas titulares de ações da categoria A têm direito de preferência na alienação de ações nominativas da categoria B;
- Querendo o acionista transmitir ações, deve pedir o consentimento, por escrito, à sociedade, identificando o previsto adquirente, indicando as contrapartidas oferecidas e a respetiva valoração, bem como as demais condições da projetada transmissão. A sociedade deve pronunciar-se sobre o pedido de consentimento no prazo de 60 dias e, caso não o faça, é livre a transmissão das ações;
- Não existe a necessidade de consentimento da sociedade nem o direito de preferência, no caso da transmissão de ações da categoria A e B pelos Municípios para entidades de cariz intermunicipal, empresas municipais ou intermunicipais, compostas ou detidas exclusivamente por municípios utilizadores do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do

Vale do Tejo, nem no caso de transmissão de ações pela AdP — Águas de Portugal, SGPS, SA, a favor de entidades que se encontrem com aquelas, direta ou indiretamente, em relação de domínio ou de grupo;

- Não existe necessidade de consentimento da sociedade, nem direito de preferência dos acionistas em caso de transmissão de ações da categoria C, a outros municípios que venham a integrar o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, nem a favor de entidades que se encontrem, direta ou indiretamente, em relação de domínio ou de grupo com a AdP — Águas de Portugal, SGPS, SA;
- A transmissão de ações em violação das disposições estatutárias é nula.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições.

Os estatutos da sociedade determinam, no artigo 11.º, que os acordos parassociais respeitantes à sociedade devem, nos trinta dias posteriores à sua celebração, ser comunicados à administração da sociedade, pelos acionistas que os tenham subscrito.

Neste sentido, a administração da sociedade não tem conhecimento de nenhum acordo parassocial que possa conduzir a eventuais restrições.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das participações sociais que a empresa detém (vd. alínea b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

No exercício de 2025, a Águas do Vale do Tejo não deteve participações sociais em nenhuma sociedade.

2. Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (vd. alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

Nos termos do artigo 4.º dos seus estatutos, a sociedade pode participar em quaisquer outras sociedades, ou entidades de natureza não societária, com objeto similar ou complementar do seu, desde que previamente autorizada por escrito pelo concedente. No exercício de 2025, a Águas do Vale do Tejo não participou na aquisição e/ou alienação de participações sociais noutras entidades.

Em 2025, a Águas do Vale do Tejo participou nas seguintes instituições de índole fundacional ou associativo:

- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas;
- NERGA - Associação Empresarial da Região da Guarda;
- RELACRE - Associação Laboratórios Acreditados Portugal;
- ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável bem como das pessoas indicadas no n.º 2 do artigo 447.º do CSC, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm quaisquer ações nem obrigações emitidas pela Águas do Vale do Tejo.

De acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos órgãos sociais que detêm participações em outras empresas são os seguintes:

Nome	Cargo	Empresa onde detém a participação	% Capital social detido	Votos imputáveis
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Presidente do Conselho Fiscal	Navalho, Morais & Associado, SROC, LDA	24%	24%

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa.

Entre os titulares de participações e a sociedade existem relações de natureza comercial, sendo que no caso da AdP SGPS tal se materializa nos *fees* de gestão faturados pela AdP SGPS, SA às suas participadas e, no caso dos municípios, na prestação, por parte da Águas do Vale do Tejo, de serviços de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Alguns municípios prestam também serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nas instalações da Águas do Vale do Tejo que estejam sediadas nesses municípios.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vd. n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, são órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo, S.A.:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Ainda, e nos termos do n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos, está prevista a existência de um Conselho Consultivo.

Em termos de administração e supervisão o modelo de governo é assegurado por um Conselho de Administração e a respetiva fiscalização cometida ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas.

Nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos acionistas. Ainda nos termos do artigo 22.º, a gestão corrente pode ser delegada em um ou dois administradores ou numa comissão executiva composta por três a cinco administradores.

O modelo de governo da empresa visa a transparência e a eficácia do funcionamento da empresa, assente numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Assim, o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento de questões estratégicas e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, assim como de funções de natureza operacional, que consistem na gestão corrente da atividade. Já os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo exercício de funções de fiscalização da atividade da administração, das contas da Sociedade, dos sistemas de controlo e gestão de riscos e auditoria interna, avaliação das práticas e métodos contabilísticos e verificação de irregularidades.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, os quais constituem igualmente os titulares da Mesa das Assembleias Especiais, conforme previsto no artigo 15.º dos estatutos da Águas do Vale do Tejo.

Compete ao presidente convocar assembleias gerais ou especiais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos estatutos ou em deliberação dos acionistas.

O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente.

Em Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2023, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade para o mandato 2023-2025.

Na Assembleia Geral de 22 de março de 2024, face à renúncia ao cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Paulo Manuel Marques Fernandes (em 3 de janeiro de 2024), foi eleita para o cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelo restante período do mandato em curso, a AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA

Os atuais membros da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2023-2025, são:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2023-2025	Presidente	Carlos Manuel Martins Condesso	AG	17 abril 2023
2023-2025	Vice-Presidente	AdP SGPS, SA	AG	22 março 2024
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	AG	17 abril 2023

Legenda: ⁽¹⁾ Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

As deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada são as seguintes:

- A alteração dos estatutos da sociedade, quer por modificação, quer por supressão de algum dos seus artigos só é válida quando aprovada por acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a mais de metade do capital social, quer a assembleia reúna em primeira ou

segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.

- As deliberações sobre fusão, cisão e transformação da sociedade devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.
- As deliberações sobre conversão das ações da categoria A em ações da categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

C. Administração e Supervisão

1.Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, dentro dos limites legais.

O Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral, no termos do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade e do estatuto do gestor público. O Presidente do Conselho de Administração é igualmente eleito em Assembleia Geral (artigo 20.º dos estatutos da sociedade), podendo este designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham a substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

A substituição de membros pode igualmente ser deliberada em Conselho de Administração, por cooptação, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de posterior ratificação pela Assembleia Geral.

2.Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da Águas do Vale do Tejo, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número de membros fixado pela Assembleia Geral que os eleger, que deve situar-se entre um mínimo de cinco e um máximo de sete membros.

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais.

Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com identificação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, por deliberação da Assembleia Geral de 17 de abril de 2023, procedeu-se à eleição do Conselho de Administração, composto por sete membros, quatro executivos e três não executivos, para o mandato 2023-2025:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2023-2025	Presidente Executivo	Carlos Manuel Martins	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vice-Presidente executivo	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vogal executivo	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vogal executivo	Telma Susana Rodrigues Correia	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vogal não executivo	Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, Presidente da Câmara Municipal do Crato	AG	17 abril 2023	C. M. Crato	Origem
2023-2025	Vogal não executivo	Jorge Manuel Alves de Faria, Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento,	AG	17 abril 2023	C. M. Entroncamento	Origem
2023-2025	Vogal não executivo	Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre	AG	17 abril 2023	C. M. Portalegre	Origem

Número estatutário mínimo e máximo de membros – 3/5

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

A administradora Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração de 4 de maio de 2023, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

Em 25 de junho de 2025, A Assembleia Geral deliberou aprovar a recomposição do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, para um novo mandato a iniciar em 2025, mediante a dissolução, por mera conveniência, do Conselho de Administração então em funções, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 1, do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual. Esta deliberação produziu efeitos a 25 de junho de 2025.

A constituição do Conselho de Administração para o mandato 2025-2027 é a seguinte:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2025-2027	Presidente Executivo	José Manuel Leitão Sardinha	AG	25 junho 2025	EPAL, SA	Origem
2025-2027	Vice-Presidente Executivo	Manuel Joaquim Barata Frexes	AG	25 junho 2025	EPAL, SA	Origem
2025-2027	Vogal Executivo	Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	AG	25 junho 2025	EPAL, SA	Origem
2025-2027	Vogal Executivo	Maria do Rosário Cardoso Águas	AG	25 junho 2025	EPAL, SA	Origem
2025-2027	Vogal Não Executivo	Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre	AG	25 junho 2025	C. M. Portalegre	Origem
2025-2027	Vogal Não Executivo	Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, Presidente da Câmara Municipal do Crato	AG	25 junho 2025	C. M. Crato	Origem
2025-2027	Vogal Não Executivo	Hugo Renato Ferreira Cristóvão	AG	25 junho 2025	Agrup. Escolas Prof. Reynaldo dos Santos	Origem

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

O administrador Manuel Joaquim Barata Frexes foi, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração de 8 de julho de 2025, designado como Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

Os atuais membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo optaram pela remuneração do local de origem, não recebendo assim qualquer remuneração por parte desta sociedade.

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vd. artigo 32.º do RJSPE).

No ponto anterior são indicados os membros executivos e não executivos da sociedade.

Os três membros não executivos são Presidentes e/ou representantes de municípios aos quais a Sociedade presta serviços de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais, assim como poderão prestar serviços da mesma índole à Águas do Vale do Tejo, não estando associados a qualquer grupo de interesses específicos na empresa, nem se encontram em qualquer circunstância suscetível de afetar a isenção de análise ou decisão.

5. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Apresenta-se seguidamente o resumo dos elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração.

Presidente Executivo – José Manuel Leitão Sardinha

Nasceu a 26 de março de 1967

Habilitações Académicas

- Licenciado e Mestre em Engenharia do Ambiente, no ramo de Engenharia Sanitária, pela Universidade Nova de Lisboa

Atividade profissional

- Iniciou a sua atividade profissional, em 1991, na consultadoria na área de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos e também como colaborador do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, assumindo, a partir de 2000, a atividade de docente convidado na área de tratamento de águas, de águas residuais urbanas e de efluentes industriais
- De 1998 a 2002 foi também colaborador da Hidrocontrato onde exerceu funções na direção técnica/comercial, de produção e de exploração
- Em março de 2002 integrou o Grupo Águas de Portugal, tendo assumido as funções de Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A. até novembro de 2004, data a partir da qual assumiu as funções de vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. até maio de 2012.

- Vogal (2004-2007 e 2007-2010) e Coordenador (2010-2013 e 2013-2016) do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros
- Entre março de 2004 e maio de 2012 exerceu as funções de vogal executivo do Conselho de Administração da Simarsul, SA
- Entre junho de 2016 e junho de 2020 exerceu as funções de vogal executivo da Águas de Portugal, Serviços Ambientais, SA
- Professor convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- Membro Efetivo da Academia de Engenharia
- Administrador executivo da Águas de Portugal, SGPS, SA, entre junho de 2015 e maio de 2020
- Vogal do Conselho Fiscal da Academia de Engenharia, desde novembro de 2022
- Presidente da Direção do Water-Core COLAB desde novembro de 2022
- Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde fevereiro de 2012 até abril de 2023
- Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde junho de 2015 a abril de 2023
- Vice-Presidente executivo da Águas de Portugal, SGPS, SA, desde maio de 2020 até fevereiro de 2025
- Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde junho de 2025
- Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde junho de 2025

Vice-presidente Executivo - Manuel Joaquim Barata Frexes
Nasceu a 10 de outubro de 1956

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa
- Frequência do Curso de Pós-Graduação em Gestão no Instituto Superior de Ciências Sociais do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Atividade profissional

- Deputado da Assembleia da República e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente
- Vogal do Conselho de Administração da AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A
- Presidente Executivo da AdP Energias – Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A
- Presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A.
- Vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

- Presidente dos Autarcas Social-Democratas
- Membro do Comité de Regiões da União Europeia
- Administrador não executivo da TMN
- Presidente da Câmara Municipal do Fundão
- Administrador não executivo das Águas do Zêzere e Côa, S.A
- Administrador não executivo da Resiestrela, S.A
- Consultor Internacional em missão temporária nos correios, na Bulgária, em projeto financiado pela União Europeia
- Consultor Superior da Portugal Telecom
- Sub-Secretário de Estado da Cultura
- Presidente do Teatro Nacional de São Carlos
- Consultor em gestão de Telecomunicações em várias missões temporárias em Moçambique
- Sub-Diretor de Gestão de Quadros dos TLP-Telefones de Lisboa e Porto
- Chefe de Divisão da Gestão de Quadros Superiores dos TLP-Telefones de Lisboa e Porto
- Técnico Superior do Instituto Emissor de Macau
- Monitor de Direito Processual Civil II, na Faculdade de Direito de Lisboa
- Membro do Grupo de Trabalho da proposta de Revisão Constitucional de Francisco Sá Carneiro
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde junho de 2025
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde junho de 2025

Vogal Executivo – Catarina Isabel Clímaco Monteiro d’Oliveira

Nasceu a 3 de outubro de 1973

Habilitações Académicas

- Licenciada em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE – IUL
- Possui ainda MBA pela Open University, e frequentou Advanced Management Program pela Universidade Católica e Kellogg University

Atividade profissional

- Iniciou a sua atividade profissional em 1996 como auditora na Empresa Ernst & Young, tendo desempenhado funções como auditora financeira e auditora de sistemas de informação
- Em 2001, foi Controller Financeiro na Novabase Serviços, SA.
- Em 2002, integrou o grupo Jerónimo Martins como auditora interna de sistemas de informação.

- Em 2008, assumiu a Direção do Departamento de Auditoria Interna, com responsabilidade sobre as empresas do Grupo em Portugal e na Polónia
- Em 2013, assumiu a Direção de Sistemas de Informação das empresas do Grupo Jerónimo Martins na Polónia, com participação na Direção Executiva das mesmas
- Em 2017, criou a Direção de Proteção de Dados, e em 2018 acumulou com a Direção de Gestão de Risco, com responsabilidade sobre as empresas do Grupo Jerónimo Martins, nas diferentes geografias.
- Vogal Executiva do Conselho de Administração da AdP SGPS de maio 2020 a julho 2025
- Vogal Executiva do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde junho de 2025
- Vogal Executiva do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde junho de 2025

Vogal Executivo – Maria do Rosário Cardoso Águas
Nasceu a 21 de fevereiro de 1961

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa

Atividade profissional

- Iniciou a sua carreira profissional em 1985 na Coopers & Lybrand, onde desempenhou funções de técnica de auditoria
- Entre 1989 e 1997 desempenhou as funções de diretora financeira da empresa Alberto Gaspar, Indústria e Comércio de Madeiras, SA.
- Entre 1998 e 2001 foi Vereadora executiva da Câmara Municipal da Figueira da Foz
- Em 2002 integrou os quadros do Grupo Águas de Portugal como assessora da AQUAPOR- Serviços, SA.
- Em abril de 2002 foi eleita Deputada da Assembleia da República pelo círculo eleitoral do Porto
- Em 2002 nomeada Secretária de Estado da Habitação no XV Governo Constitucional, tendo exercido o cargo desde 8 de abril de 2003 a 17 de julho de 2004
- A partir de julho de 2004 integrou o XVI Governo Constitucional tendo sido nomeada Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, tendo exercido o cargo até novembro de 2004.
- Nomeada Secretária de Estado da Administração Pública em novembro de 2004, tendo exercido o cargo até à nomeação do novo Governo em 5 de março de 2005

- Entre 2005 e 2009 foi deputada à Assembleia da República, eleita pelo círculo eleitoral de Coimbra
- Entre 2012 e 2016, Vogal do Conselho de Administração da EPAL, SA.
- Entre 2016 e 2020, Vogal do Conselho de Administração da AdP Serviços- Águas de Portugal Serviços Ambientais, SA
- Vogal do Conselho de Administração da AdP ENERGIAS- Energias Renováveis e Serviços Ambientais, SA, com funções executivas, entre junho de 2020 a setembro de 2025
- Vogal Executiva do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde junho de 2025
- Vogal Executiva do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde junho de 2025

Vogal não executivo – Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho

Nasceu a 29 de abril de 1971

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Engenharia de Produção Animal, pelo Instituto Superior Agrário de Castelo Branco – 1993

Atividade Profissional

Atividade atual:

- Presidente da Câmara Municipal de Portalegre desde outubro 2021;
- Presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil – Distrito de Portalegre;
- Presidente da Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre, desde 2014;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração das Águas do Vale do Tejo, desde abril de 2023;
- Presidente da Assembleia Geral da Escola Nacional de Bombeiros, desde julho de 2024;
- Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, desde janeiro de 2025;
- Vice-Presidente do Conselho Regional – CCDR Alentejo

Restantes atividades:

- Professora de Agropecuária e Hortofloricultura (1990);
- Agente de Campo de Parcelário Agrícola na Confederação dos Agricultores de Portugal (1996-1999);
- Supervisora do Recenseamento Geral da Agricultura, no Instituto Nacional de Estatística (1999)
- Técnica de Candidaturas de Ajudas Comunitárias na Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (1996-2009);

- Assistente Técnica para as Ajudas do Sistema Integrado de Gestão e Controlo, na Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (1997–2009);
- Secretária-geral na Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (2003–2009);
- Membro Efetivo do Conselho Económico e Social (2018-2021);
- Presidente da Câmara Municipal de Arronches (2009-2021).

Vogal não executivo – Joaquim Bernardo dos Santos Diogo

Nasceu em 19 de março de 1976

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Assessoria de Administração pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Portalegre

Atividade Profissional

- Presidente da Câmara Municipal do Crato desde 2017
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo S.A., desde 2022
- Presidente da CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, desde 2025
- Representante no Conselho de Concertação Territorial (CCT), desde 2026
- Gestor de Clientes na empresa CTT (1998-2017)
- Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Crato e Mártires (2013-2017)

Vogal não executivo – Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Nasceu em 13 de novembro de 1977

Habilitações Académicas

- Licenciado em ensino pelo Instituto Politécnico de Santarém

Atividade Profissional

- Professor
- Outras atividades
 - Vereador em regime de não permanência na Câmara Municipal de Tomar (desde novembro de 2005)

- Presidente da Câmara Municipal de Tomar (outubro de 2023-novembro de 2025), com várias inerências, entre as quais membro da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e do Conselho de Administração da Tejo Ambiente.
- Vereador da Câmara Municipal de Tomar (2013-2023)

Apresenta-se igualmente o resumo dos elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração que desempenharam funções até 24 de junho de 2025:

Presidente Executivo – Carlos Manuel Martins

Nasceu a 19 de janeiro de 1956

Habilitações Académicas

- Doutorando em Políticas Públicas (ISCTE - IUL)
- Mestre em Planeamento Regional e Urbano, (Universidade Técnica de Lisboa)
- Curso de Formação Avançada em Administração Pública, (Universidade de Lisboa)
- Licenciatura em Engenharia Civil, ramo Edificações, (IPL)
- Licenciatura em Engenharia Civil, ramo Direção de Obras, (IPL)
- Pós-graduado em “Direito da Água”, (Universidade de Lisboa)
- Pós-graduado em “Direito dos Resíduos”, (Universidade de Lisboa)
- Diplomado em “Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Água”, (Faculdade de Ciências Económicas Empresariais da Universidade Católica Portuguesa)
- Programa “Finanças, Controlo de Gestão e Sustentabilidade”, (ISEG – Executive Education)
- Strategic Complex Problem Solving Program (ISCTE - Executive Education)
- Programa “Corporate Governance para Alta Direção do Grupo AdP” (IPCG)
- Strategic Leadership Program (IVENS - Governance Advisors)

Atividade profissional

- Membro da Ordem dos Engenheiros com nível de qualificação sénior e outorga do grau de especialista em engenharia sanitária.
- Professor Especialista em Engenharia Sanitária pelo Instituto Politécnico de Lisboa e Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (1991 – 2020).
- Orientador de dissertações e arguente de provas de mestrado e doutoramento em instituições de ensino superior politécnico e universitário em Portugal e Brasil.
- Assessor e Diretor da Área de Desenvolvimento de Negócio no grupo AdP (2019 – 2023)

- Presidente não executivo do Conselho de Administração da Águas do Alto Minho (2019 - 2020).
- Presidente executivo do Conselho de Administração da Águas do Algarve (2015).
- Gestor da UNAPD, do grupo AdP - Águas de Portugal, SGPS, entre 2012 e 2015, sendo Presidente do Conselho de Administração das empresas: SIMTEJO, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Oeste e SANEST.
- Administrador da Empresa Geral de Fomento (EGF), SA do grupo AdP (2009-2012), sendo Administrador da VALORSUL. Presidente do Conselho de Administração da Amarsul, SA, Presidente do Conselho de Administração do ACE EGF-Dourogás, Administrador da AQUASIS e da AdP Serviços Ambientais.
- Presidente da Comissão Executiva da Simtejo, SA (2007 - 2009).
- Administrador dos Serviços Municipalizados de Loures (2002 - 2007).
- Vice-Presidente do Instituto dos Resíduos, do Ministério do Ambiente (1998 - 2002).
- Técnico e dirigente nos Serviços Municipalizados de Loures (1978 - 1998), com lugar de carreira de Engenheiro Civil Especialista Assessor Principal.
- Presidente da APDA - Associação Portuguesa das entidades gestoras de Distribuição e Drenagem de Água (2003 - 2009).
- Presidente da EurEau - European Union National Association of Water Suppliers and Waste Water Services em 2005/2006, Bruxelas e membro do bord (2003 - 2009).
- Membro da APESB, onde coordenou comissão especializada de resíduos e assegurou a representação nacional junto da ISWA - International Solid Waste Association.
- Secretário de Estado do Ambiente, entre 26 de novembro de 2015 e 11 de abril de 2019.
- Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde abril de 2023 a junho de 2025.
- Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde abril de 2023 a junho de 2025.

Vice-presidente Executivo - Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Nasceu a 14 de setembro de 1963

Habilitações Académicas

- Pós-Graduação em Direito e Prática da Contratação Pública, pela Universidade Católica Portuguesa
- Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Parte letiva do curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Licenciatura em Direito – Menção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Atividade Profissional

- Iniciou a sua atividade profissional como jurista em 1986 no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. IP.
- Em 1991 foi Assessora do Gabinete do Ministro do Ambiente, Professor Doutor Carlos Borrego.
- Em 1993 foi Adjunta do Gabinete da Ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Dra. Teresa P. Gouveia.
- Em 1995 foi Adjunta do Gabinete da Ministra do Ambiente, Professora Doutora Elisa Ferreira.
- De 1999 a 2001 foi Consultora da Direção do Instituto Regulador de Águas e Resíduos.
- Em 2001 foi Diretora do Departamento Jurídico do Instituto Regulador de Águas e Resíduos.
- De junho de 2001 a abril de 2002 foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Professor Doutor Eduardo de Oliveira Fernandes.
- De abril de 2002 a janeiro de 2003 foi Chefe de Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, Dra. Dulce Franco.
- De janeiro de 2003 a setembro 2007 foi Vice-Presidente do Instituto da Água (INAG).
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, em representação do Instituto da Água.
- Membro da Comissão da Reserva Ecológica Nacional em representação do Instituto da Água.
- Em setembro de 2007 exerceu as Funções de direção jurídica no grupo AdP – Águas de Portugal.
- Em 2010, foi nomeada administradora executiva da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
- De 30 de junho de 2015 a 23 de junho de 2020 foi Vogal do Conselho de Administração da EPAL, SA.
- De 30 de junho de 2015 a 28 de julho de 2020 foi Vogal do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, SA.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde junho de 2020 a junho de 2025.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde julho de 2020 a junho de 2025.
- Vogal Executiva da AdP SGPS, SA, desde março de 2025

Vogal Executivo – Telma Susana Rodrigues Correia

Nasceu a 23 de junho de 1974

Habilitações Académicas

- Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- Complementou a sua formação com diversos cursos:
 - Pós-Graduação de Especialização em Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambientais no ICJP da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 - Curso de Liderança para Alta Direção (Universidade Católica Portuguesa/ /FCEE)
 - Curso de Gestão Pública na Administração Local
 - CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública
 - Programa de Contabilidade e Finanças (PCF 20) Católica-Lisbon School Business & Economics
 - Pós-Graduação em Gestão de Pessoas & Talento Nova School of Business and Economics
 - Programa Avançado de Gestão de Gestão para Executivos Católica - Lisbon School Business & Economics

Atividade Profissional

- Em 1995 ingressou na Câmara Municipal da Amadora, onde desempenhou as seguintes funções:
 - De 1995 a 2000, membro de gabinete de apoio pessoal da vereação e presidência;
 - De 2000 a 2006, como Adjunta do Presidente da Câmara Municipal da Amadora;
 - De 2006 a 2011 foi Chefe de Divisão de Recuperação do Parque Habitacional Provado;
 - De 2011 a 2018, como Diretora do Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana, destacando-se a conceção/implementação de ações estruturantes no domínio do planeamento urbanístico e do ordenamento do território e a conceção e implementação de documentos estratégicos de escala local e metropolitana.
- Entre agosto de 2018 e junho de 2020 exerceu funções como Subdiretora-geral das Autarquias Locais, com enfoque no trabalho desenvolvido no quadro do processo de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Nesse período foi representante da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública em Comissões constituídas para a concretização da transferência de competências para os Municípios no domínio das Áreas Portuárias, e colaboradora do grupo de trabalho para a construção e prossecução de uma Estratégia de Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública.
- Desde junho de 2020 a junho de 2025 foi Vogal Executiva do Conselho de Administração da EPAL, S.A.
- Desde julho de 2020 a junho de 2025 foi Vogal Executiva do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A

Vogal Executivo – Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Nasceu a 6 de agosto de 1968

Habilitações Académicas

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa
- MBA da AESE/IESE da Universidade de Navarra
- Em simultâneo completou a sua formação com diversas pós-graduações:
 - Corporate Finance na Nova/SBE
 - Indian Economy and Management Practices no Indian Institute of Management, Ahmedabad
 - Marketing and Strategy Program na Michigan University
 - International Immersion Program no IESE/Madrid
 - "Programa Executivo de Elevada Performance" na Nova/SBE
 - "Programa Avançado de Sustentabilidade Empresarial" no INDEG-ISCTE;
 - "Programa Avançado de Gestão para Executivos" na Católica Lisbon/SBE
 - "Programa de Desenvolvimento em Liderança" na Católica Lisbon/SBE
 - "Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas" na Católica Lisbon/SBE
 - Programa Avançado de Gestão Pública, Direção Superior de 1º Grau
 - "Avaliação Imobiliária" na ESAI-Escola Superior de Atividades Imobiliária

Atividade Profissional

- Iniciou a sua atividade profissional, em 1995, no Grupo Luís Simões na área do planeamento e controlo de gestão
- Em 1997, passou a integrar os quadros do Instituto Nacional de Habitação, atual IHRU, onde foi diretor do Departamento de Estudos Económicos, Planeamento e Controlo de Gestão
- Administrador Executivo dos SMAS de Oeiras e Amadora, de setembro de 2004 a março de 2013
- Assessor do Presidente da CM da Amadora com a supervisão e controlo financeiro das empresas participadas pelo município: SIMTEJO, SA, SANEST, SA e VALORSUL, SA
- Assessor do Presidente do Conselho de Administração dos SMAS de Oeiras e Amadora na preparação e conclusão do processo de transformação dos SMAS numa entidade intermunicipal (SIMAS)
- Presidente do Conselho Fiscal do Centro de Ciência Viva da Amadora
- Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Marques de Pombal

- Administrador Executivo da SANEST, SA, de abril de 2014 a junho de 2015.
- Vogal do Conselho de Administração da VALORSUL, SA, entre julho de 2010 e março de 2016
- Diretor Municipal de Higiene Urbana do Município de Lisboa, de junho de 2015 a junho de 2016
- Vogal Executivo do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, SA, entre junho de 2016 e 24 de junho de 2025
- Vogal Executivo do Conselho de Administração da EPAL, SA, desde junho de 2016

Vogal não executivo – Joaquim Bernardo dos Santos Diogo

Nasceu em 19 de março de 1976

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Assessoria de Administração pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Portalegre

Atividade Profissional

- Presidente da Câmara Municipal do Crato desde 2017
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo S.A., desde 2022
- Presidente da CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, desde 2025
- Representante no Conselho de Concertação Territorial (CCT), desde 2026
- Gestor de Clientes na empresa CTT (1998-2017)
- Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Crato e Mártires (2013-2017)

Vogal não executivo – Jorge Manuel Alves de Faria

Nasceu a 11 de janeiro de 1957

Habilitações Académicas

- Doutoramento em Gestão de Empresas - Universidade de Évora – 2006
- Mestrado em Sistemas Sócio Organizacionais da Atividade Económica – ISEG/UTL – 1995
- Licenciatura em Economia – ISE – Universidade Técnica de Lisboa – 1982

Atividade Profissional

Atividade atual:

- Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento de 2013 a 2025;
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Museu Nacional Ferroviário, desde outubro 2013;
- Membro do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo S.A., – não executivo, de 2015 a 2025.
- Membro do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – desde 2013.

Atividade profissional no âmbito académico:

- Professor do Ensino Superior desde outubro de 1991. Atualmente, Professor Coordenador, ESGTS, Instituto Politécnico de Santarém. Professor Associado Convidado, Departamento Gestão da Universidade de Évora;
- Presidente/Diretor da ESGTS do IPS, julho 2006 a abril 2011;
- Membro da Comissão Permanente do Instituto Politécnico Santarém, julho 2006 a maio 2009;
- Gestor do Centro de Informação Europe Direct de Santarém, julho 2006 a dezembro 2011;
- Integra ou integrou outros órgãos de gestão da ESGTS e do IPS;
- Coordenador ou membro da comissão de cursos de Mestrado, Pós-graduação e Licenciatura;
- Membro da Direção da Rede Ibérica de Formação para o Terceiro Setor;
- Membro do comité científico da Revista Municipalismo. Revista Científica da ATAM;
- Publicações: 2 teses, 2 livros, 1 capítulo de livro e cerca de 39 artigos ou outras publicações;
- Cerca de 44 comunicações apresentadas em eventos internacionais e nacionais.

Atividade profissional não académica:

- Presidente do CA da RSTJ – Gestão e Tratamento de resíduos EIM SA – de março 2019 a junho 2020
- Sócio-gerente do Centro de Línguas do Entroncamento Lda., desde abril de 2011 – Quota 50%;
- Sócio-gerente da empresa JFS Consultores em Gestão Lda., Entroncamento, desde 1992 – Quota 90%;
- Diretor de Pessoal - Renova SA. (1989-1992);
- Chefe de Divisão Recursos e Aprovisionamentos – Portugal Telecom – Santarém (1987-1989);
- Chefe de Divisão de Pessoal – Rodoviária Nacional – Torres Novas (1985-1987);
- Técnico de Planeamento e Controlo de Gestão – RN – Lisboa (1979-1985);
- Professor do ensino secundário em 1986/87, em acumulação, 1978/79, 1977/78 e 1975.

Outras atividades

- Presidente Conselho Fiscal SCME Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, desde abril 2017
- Presidente Conselho Fiscal da AHBVE Bombeiros Voluntários do Entroncamento (de fevereiro 2012 a janeiro 2021);
- Membro do Conselho Nacional para a Economia Social – de fevereiro 2014 a outubro 2017

- Membro Conselho Fiscal do CEEPS Centro de Estudos de Economia Pública e Social - CIRIEC Portugal (de out. 2011 a out 2013);
- Membro eleito da Assembleia de Freguesia de N.ª Sra. De Fátima, Entroncamento (de outubro 2009 a outubro 2013);
- Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Vogal não executivo – Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho

Nasceu a 29 de abril de 1971

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Engenharia de Produção Animal, pelo Instituto Superior Agrário de Castelo Branco – 1982

Atividade Profissional

Atividade atual:

- Presidente da Câmara Municipal de Portalegre desde outubro 2021;
- Presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil – Distrito de Portalegre;
- Presidente da Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre, desde 2014;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração das Águas do Vale do Tejo, desde abril de 2023;
- Presidente da Assembleia Geral da Escola Nacional de Bombeiros, desde julho de 2024;
- Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, desde janeiro de 2025.

Restantes atividades:

- Professora de Agropecuária e Hortofloricultura (1990);
- Agente de Campo de Parcelário Agrícola na Confederação dos Agricultores de Portugal (1996-1999);
- Supervisora do Recenseamento Geral da Agricultura, no Instituto Nacional de Estatística (1999)
- Técnica de Candidaturas de Ajudas Comunitárias na Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (1996-2009);
- Assistente Técnica para as Ajudas do Sistema Integrado de Gestão e Controlo, na Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (1997–2009);
- Secretária-geral na Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (2003–2009);
- Membro Efetivo do Conselho Económico e Social (2018-2021).

6. Dar conhecimento de que foi apresentada declaração por cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vd. artigo 52.º do RJSPE).

Os membros do órgão de administração da sociedade, atualmente em exercício de funções, não detêm quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Todos os membros do órgão de administração deram cumprimento ao disposto no art.º 52.º do referido diploma legal, entregando ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Inspeção Geral de Finanças as declarações relativas às participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

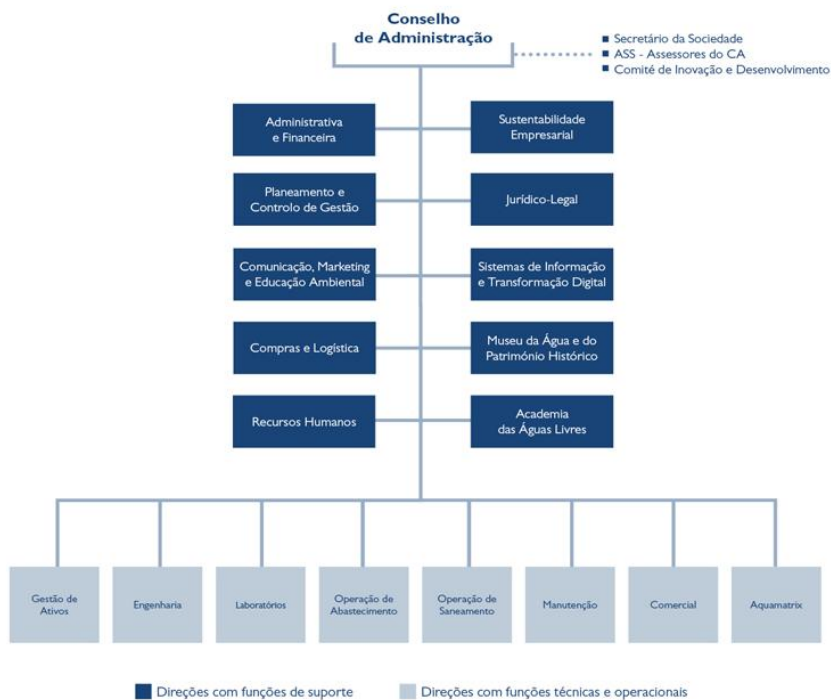
Foram identificadas relações profissionais do Presidente do Conselho de Administração, José Manuel Leitão Sardinha, e da Vogal Executiva do Conselho de Administração, Maria do Rosário Cardoso Águas, com o acionista Águas de Portugal, a cujos quadros de pessoal pertencem. Os vogais não executivos mantêm relações comerciais com a sociedade, relativas à prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais às Câmaras Municipais de que são presidentes e/ou representantes.

Para além das identificadas, a sociedade desconhece a existência de outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais ou significativas.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que criou a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. atribuiu à EPAL a gestão delegada do Sistema, tendo o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, mantido essa atribuição.

A estrutura organizativa da EPAL que assegura a gestão delegada do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento do Vale do Tejo é a seguinte:



Os pelouros foram constituídos em reunião de Conselho de Administração da EPAL de 25 de junho de 2025, sendo atualmente os seguintes:

Presidente – José Manuel Leitão Sardinha

- Secretário da Sociedade
- CMEA – Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental
- DAA – Direção da Academia das Águas Livres
- MDA – Direção do Museu da Água e do Património Histórico

Vice-Presidente – Manuel Joaquim Barata Frexes

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial
- JUR – Direção Jurídico-Legal
- DSI – Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital

Vogal – Catarina Isabel Clímaco Monteiro d’Oliveira

- DCM – Direção Comercial
- DAQ – Direção do AQUAmatrix
- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Vogal – Maria do Rosário Cardoso Águas

- DCL – Direção de Compras e Logística

- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- ENG – Direção de Engenharia
- MAN – Direção de Manutenção

Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- LAB – Direção de Laboratórios

Ainda no que concerne às responsabilidades, ao Presidente cabe a representação da Empresa e a coordenação de Pelouros. Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente, nas suas ausências ou impedimentos.

A Águas do Vale do Tejo adotou a delegação de competências da EPAL, nomeadamente através da Ordem de Serviço n.º 6, aprovada em sede Conselho de Administração de 21 de setembro de 2016, com sucessivas revisões, sendo a atual a revista em 30 de julho de 2025 (edição n.º 15).

A Ordem de Serviço em apreço estabelece os princípios de delegação de competências na Empresa, aplicando-se a todos os responsáveis hierárquicos.

Como princípios gerais encontra-se estabelecido que os responsáveis pela apresentação e aprovação de propostas de aquisição de bens e serviços de que resultem encargos para a Empresa têm a responsabilidade de verificar a existência de suporte orçamental adequado, sendo que a ausência desse suporte implica obrigatoriamente a intervenção do Conselho de Administração.

Encontra-se expressamente vedado o desdobramento de despesas de forma a iludir os limites fixados na Ordem de Serviço em apreço.

Nas situações de exercício de competências delegadas por decisão conjunta que envolvam membro do Conselho de Administração, quando por força de circunstâncias, recaiam num único Administrador as duas valências consideradas, deverá obrigatoriamente ser chamado a intervir um outro Administrador.

Encontra-se ainda exposto que todas as matérias ou assuntos omissos são da competência do Conselho de Administração.

A delegação de competências, ao nível dos limites materiais, encontra-se estabelecida da seguinte forma, no que à aquisição de bens, serviços e investimentos respeita:

- Aquisição de bens móveis, materiais e serviços:
 - Aprovação de procedimentos, designação de júris, tomada de decisão de contratar e adjudicação:
 - Até 2.000 euros – Responsáveis de Área
 - Até 5.000 euros – Coordenadores de Departamento
 - Até 10.000 euros – Diretores e Coordenadores Regionais
 - Até 25.000 euros – Administrador do Pelouro
 - Acima de 25.000 euros – Conselho de Administração
- Empreitadas constantes no Plano de Atividade de Investimento
 - Aprovação de procedimentos, designação de júris, tomada de decisão de contratar e adjudicação:
 - Até 5.000 euros – Coordenadores de Departamento e Responsáveis de Área de Direções específicas
 - Até 25.000 euros – Diretores e Coordenadores Regionais
 - Até 150.000 euros – Administrador do Pelouro
 - Acima de 150.000 euros – Conselho de Administração

9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo indicando designadamente:

O Conselho de Administração deve fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, que deverá ser no mínimo trimestral, e reúne-se extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, o qual procederá à convocação por sua iniciativa ou a requerimento de outro administrador ou do Conselho Fiscal.

10. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas

Nos termos do artigo 24.º dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo presidente ou por dois administradores, reunindo pelo menos uma vez trimestralmente. Os membros do Conselho de Administração são convocados por escrito com a antecedência mínima de cinco dias, salvo se a totalidade dos administradores estiver presente ou representada ou se tratar de reuniões com periodicidade fixa, do conhecimento de todos os administradores, caso em que é dispensada a convocatória.

Em 2025 realizaram-se 13 (treze) reuniões do Conselho de Administração:

Conselho de Administração em funções até 25 de junho de 2025:

	Nº Reuniões CA nas quais esteve ausente	Justificada (Sim/Não)	Grau de assiduidade CA
Carlos Manuel Martins	0	n.a.	8/8
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0	n.a.	8/8
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0	n.a.	8/8
Telma Susana Rodrigues Correia	0	n.a.	8/8
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	2	Sim	6/8
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo	1	Sim	7/8
Jorge Manuel Alves de Faria *	4	Sim	4/8

* Renunciou ao mandato em 10/03/2025

Conselho de Administração em funções após 25 de junho de 2025:

	Nº Reuniões CA nas quais esteve ausente	Justificada (Sim/Não)	Grau de assiduidade CA
José Manuel Leitão Sardinha	0	n.a.	5/5
Manuel Joaquim Barata Frexes	0	n.a.	5/5
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	0	n.a.	5/5
Maria do Rosário Cardoso Águas	0	n.a.	5/5
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	2	Sim	3/5
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo	1	Sim	4/5
Hugo Renato Ferreira Cristóvão	2	Sim	3/5

11. Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo.

Conselho de Administração em funções até 25 de junho de 2025:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Carlos Manuel Martins	EPAL	Presidente do Conselho de Administração	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	EPAL	Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Águas de Portugal, SGPS, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Telma Susana Rodrigues Correia	EPAL	Vogal do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	EPAL	Vogal do Conselho de Administração	Público
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo	Câmara Municipal do Crato	Presidente	Público
	CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	Membro	Público
	Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Representante do Município do Crato	Público
Jorge Manuel Alves de Faria	Câmara Municipal do Entroncamento	Presidente	Público
	Fundação Museu Nacional Ferroviário	Membro do Conselho de Administração	Público
	CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Membro do Conselho Intermunicipal	Público
	Santa Casa Misericórdia do Entroncamento	Presidente Conselho Fiscal	Público
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	Câmara Municipal do Portalegre	Presidente	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil – distrito de Portalegre	Presidente	Público
	Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre	Presidente	Público
	Assembleia Geral da Escola Nacional de Bombeiros	Presidente	Público
	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	Vice-Presidente	Público

Conselho de Administração em funções após 25 de junho de 2025:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Leitão Sardinha	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor Assistente	Público
Manuel Joaquim Barata Frexes	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	Águas de Portugal, SGPS, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Maria do Rosário Cardoso Águas	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdP Energias – Energias Renováveis e Serviços Ambientais, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	Câmara Municipal do Portalegre	Presidente	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil – distrito de Portalegre	Presidente	Público
	Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre	Presidente	Público
	Assembleia Geral da Escola Nacional de Bombeiros	Presidente	Público
	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	Vice-Presidente	Público
	Conselho Regional – CCDR Alentejo	Vice-Presidente	Público
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo	Câmara Municipal do Crato	Presidente	Público
	CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	Presidente	Público
	Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Representante do Município do Crato	Público
	Conselho de Concertação Territorial (CCT)	Representante do Município do Crato	Público
Hugo Renato Ferreira Cristóvão	Câmara Municipal do Portalegre	Vereador em regime de não permanência	Público
	Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos	Professor	Público

a) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

O Administrador com funções executivas é avaliado, anualmente, através da avaliação dos objetivos anuais de gestão definidos para o respetivo mandato.

A avaliação do grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos no contrato de gestão individual de cada administrador é feita de acordo com o estabelecido no anexo à minuta do contrato de gestão, e de forma consistente com o estabelecido no Estatuto do Gestor Público (EGP).

As avaliações dos graus de cumprimento individual, para cada objetivo, e global são efetuadas pelos órgãos de fiscalização da Empresa, sendo posteriormente comunicado à ETF.

No ponto 2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida do capítulo II – Missão, Objetivos e Políticas, são indicados os objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, bem como o grau de cumprimento dos mesmos, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Anualmente é, ainda, emitido, pelos administradores não executivos, um relatório de desempenho dos administradores executivos, publicado no Relatório e Contas do exercício.

b) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não aplicável, visto a Empresa não dispor de qualquer Comissão existente no órgão de administração ou supervisão.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras

Nos termos dos estatutos da Águas do Vale do Tejo, a fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas, ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não sejam membros daquele órgão.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em Assembleia Geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

O Revisor Oficial de Contas, ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado em Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

Através de deliberação da Assembleia Geral de 16 de novembro de 2023, foram nomeados os membros do Conselho Fiscal para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2023-2025.

Em Assembleia Geral de acionistas de 22 de março de 2024, foi nomeado o Revisor Oficial de Contas para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato em curso.

2.. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização

Conforme referido no ponto anterior, o órgão de fiscalização da sociedade é composto pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

Indica-se em seguida os elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do atual Conselho Fiscal em funções:

Presidente: Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Nasceu a 15 de fevereiro de 1969

Habilitações Académicas:

- Doutora em Gestão de Empresas (especialização em Contabilidade) pelo ISCTE (1996-2000)
- Mestre em Ciências Empresariais pelo ISCTE (1994-1996);
- Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1987-1992)
- Revisor Oficial de Contas, inscrita em março de 2006, na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o número 1227, e na CMVM sob o número 20160838

Atividade Profissional:

- Administradora executiva do IDEFE, ISEG Executive Education (de 2023 até 2025)
- Vice-Presidente do ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (de 2018 até 2022)
- Professora Catedrática do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (desde 2019)
- Professora Associada (de 2012 a 2014) e Professora Associada com Agregação do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (de 2014 até 2019)
- Professora do ISCTE – IUL (de 1992 até 2012)
- Membro do Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística (desde 2023)
- Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística (de 2013 a 2019)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (de 2009 a 2017)
- Representante de Portugal no Accounting Regulatory Committee e no Accounting Directive Committee (2016 e 2017)
- Presidente do Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (desde 2018)
- Presidente do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, SA (desde 2019)
- Presidente da Comissão de Auditoria e vogal do Conselho de Administração e do Comité de Nomeações do Banco Santander Totta (desde 2019)

Vogal Efetivo - Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva

Nasceu a 28 de março de 1981

Habilitações Académicas:

- Pós-graduação em Mercados Financeiros pela Universidade de Lisboa (2013/2014)
- Pós-graduação em Direito Comercial e Valores Mobiliários pela Universidade Católica de Lisboa (2007/2008)
- Licenciatura em Direito pela Universidade Nova de Lisboa (2000/2005)

Atividade Profissional:

- Jurista na Infraestruturas de Portugal, SA (desde 2024)
- Jurista na Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA (2008-2024)
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Águas do Alto Minho, S.A. (desde 2023)
- Vogal Efetiva do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, S.A. (desde 2018)
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A. (desde 2017)
- Jurista na empresa LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (2006-2008)

- Advogada na sociedade Coelho Ribeiro & Associados – Sociedade Civil de Advogados (2005-2006)

Vogal Efetivo – António Manuel Pina da Fonseca

Nasceu em 12 de março de 1962

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP)

Atividade Profissional:

- Presidente do Município de Fornos de Algodres, desde 2013 a 2025
- Coordenador da Secção Processo Executivo do IGFSS, desde 2004 a 2013
- Diretor da Delegação do IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social), desde 2001 a 2004
- Delegado Distrital do Programa Operacional do Emprego e Desenvolvimento Social, desde 2000 a 2001
- Delegado Distrital do Subprograma Integrar, de 1998 a 2000
- Professor do ensino Secundário, de 1988 a 1998

Vogal Suplente – Eduardo Manuel Silva Lima

Nasceu em 8 de outubro de 1966

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito na Universidade Lusíada de Lisboa
- Pós-Graduação em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna
- Mestrado (frequência) em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna

Atividade Profissional:

- Assessor Jurídico da Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA (desde 2015)
- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da FUNDIESTAMO, SGOIC, S.A. (de 2017 a 2024)
- Diretor Jurídico da Sagestamo, SGPS, SA (2013)
- Liquidatário da SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (desde 2017 a 2019)

- Presidente da Comissão Liquidatária da POLISCOVILHÃ – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis da Covilhã, S.A (em 2016)
- Assessor Jurídico da Sagestamo, SGPS, SA (desde 2011 a 2013)
- Chefe de Gabinete Governamental XVIII Governo Constitucional (2010) - Coordenação do Gabinete e assegurar a ligação com os serviços dependentes do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
- Chefe de Gabinete Governamental XVII Governo Constitucional (2005) – Tesouraria do Estado

No que se refere ao Revisor Oficial de Contas:

ROC Efetivo – Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

Nasceu em 13 de junho de 1978

Habilitações Académicas:

- Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa
- Revisora Oficial de Contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em Portugal desde 2011, com o número 1496
- Certificação de Aptidão Pedagógica pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional

Atividade Profissional:

- Audit Transformation Leader na Deloitte Portugal.
- Audit Partner responsável pelo setor de Life Sciences and Healthcare.
- Desde 2022 - Deputy External Partner da NSE.
- De 2017 a 2021 - Deputy External Partner do Brasil.
- Durante a sua carreira profissional tem participado e/ou supervisionado projetos de auditoria e consultoria para um elevado número de clientes nos mais variados sectores de atividade económica, com destaque para as áreas de distribuição, farmacêutica e industrial.
- Em 2000 ingressou na Arthur Andersen, foi promovida a Manager em 2005, a Associate Partner em 2014 e a Partner em 2019, na indústria de Products, Services, Utilities & Resources.

ROC Suplente – João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade de Lisboa
- Revisor Oficial de Contas
- Responsável pelo negócio de Audit & Assurance na Deloitte Portugal.
- Presidente da Comissão Técnica de Instituições Financeiras da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Atividade Profissional:

- Em 1994 iniciou a sua carreira profissional, em auditoria na Artur Andersen, tendo sido promovido a Manager em 1998 e a Sócio em 2006.
- A sua experiência profissional tem-se desenvolvido essencialmente na prestação de serviços de auditoria e consultoria financeira a clientes nos setores da banca, bancos de investimento, sociedades de gestão de ativos, seguros, saúde e imobiliário. .

3.Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

A empresa não dispõe de auditor externo, pelo que este ponto não é aplicável.

4.Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não têm funções adicionais.

A empresa não dispõe de Comissão para as Matérias Financeiras, pelo que este ponto não é aplicável.

5.Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.

Nos termos previstos nos estatutos, o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em Assembleia Geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais.

Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

6. *Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)*

Em Assembleia Geral de acionistas de 16 de novembro de 2023, foram nomeados os membros do Conselho Fiscal para o órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2023-2025, que tem a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2023-2025	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	AG	16 novembro 2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva	AG	16 novembro 2023
2023-2025	Vogal Efetivo	António Manuel Pina Fonseca	AG	16 novembro 2023
2023-2025	Vogal suplente	Eduardo Manuel Silva Lima	AG	16 novembro 2023

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Os membros do Conselho Fiscal estão nomeados para o seguinte mandato na sociedade:

- Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais – terceiro mandato
- Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva – terceiro mandato
- António Manuel Pina Fonseca – primeiro mandato
- Eduardo Manuel Silva Lima – terceiro mandato

7. *Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.*

Os membros do Conselho Fiscal são considerados independentes, visto não estarem associados a qualquer grupo de interesse específico na Sociedade, nem são titulares ou atuam por nome ou conta de titulares de participação na empresa.

8. *Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:*

O Conselho Fiscal tem o dever de:

- a) Assistir às assembleias gerais e às reuniões da administração para que o presidente da mesma os convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
- b) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- c) Guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções;
- d) Dar conhecimento à administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e do resultado das mesmas;
- e) Informar, na primeira assembleia que se realize, de todas as irregularidades e inexactidões por eles verificadas e bem assim se obtiveram os esclarecimentos de que necessitaram para o desempenho das suas funções;
- f) Registrar por escrito todas as verificações, fiscalizações, denúncias recebidas e diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas.

9. Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:

O Conselho Fiscal realizou as seguintes reuniões durante o ano de 2025:

N.º Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
3	Sede da EPAL	Presidente do Conselho Fiscal; Vogal do Conselho Fiscal; Revisor Oficial de Contas; Responsável Financeiro da Águas do Vale do Tejo	Ausência de um Vogal do Conselho Fiscal
7	Meios telemáticos	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal	Ausência de um Vogal do Conselho Fiscal em duas reuniões
1	Sede da EPAL	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal	Ausência de um Vogal do Conselho Fiscal

a) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;

Presidente do Conselho Fiscal - Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Exerce em empresas do Grupo Águas de Portugal o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da EPAL, SA. Fora do Grupo Águas de Portugal, exerce o cargo de Presidente da Comissão de Auditoria e vogal do Conselho de Administração e do Comité de Nomeações do Banco Santander Totta, e exerceu, até ao final de janeiro de 2025, o cargo de Administradora Executiva do IDEFE – ISEG Executive Education.

Vogal do Conselho Fiscal - Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva

Exerce, em empresas do Grupo Águas de Portugal, o cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Águas do Alto Minho, SA. Fora do Grupo Águas de Portugal, exerce o cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.

Vogal do Conselho Fiscal – António Manuel Pina da Fonseca

Sem informação.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a Deloitte & Associados, SROC, SA, foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de 22 de março de 2024 para o mandato em curso:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada	
2024-2025	SROC	Deloitte & Associados – SROC SA, representada por	43	20161389	AG	22 de março de 2024	Sim	2.º ano de exercício
2024-2025	ROC	Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	1496	20161106	AG	22 de março de 2024	Sim	2.º ano de exercício
2024-2025	ROC Suplente	João Carlos Henriques Gomes Ferreira	1129	20160741	AG	22 de março de 2024	Sim	2.º ano de exercício

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa.

De acordo com o artigo 29.º dos estatutos, os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais. Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:

Por proposta do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, a Deloitte & Associados, SROC, SA, foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 22 de março de 2024, para assumir essas funções, tendo sido deliberado que fosse atribuída uma remuneração a acordar entre as partes, a qual não pode em caso algum exceder o valor correspondente a 35% da remuneração ilíquida do Presidente do Conselho de Administração, de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do despacho SET n.º 155/2018, de 28 de março.

O valor acordado a atribuir no exercício de 2025 resultou uma remuneração anual de 17.796,96 euros, inferior assim ao limite estabelecido.

Nome	Remuneração Bruta Anual 2025 (€)
Deloitte & Associados – SROC, SA	17.796,96
	17.796,96

No exercício de 2025 apenas foi processado o valor de 13.347,93 euros, tendo ficado estabelecido contratualmente que o valor remanescente seria faturado no 1.º trimestre de 2026.

Informa-se, ainda, que este foi o segundo ano em exercício efetivo da Deloitte & Associados, SROC, SA, nas funções de Revisor Oficial de Contas, apresentando-se o quadro seguinte com a informação aplicável:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada	
2024-2025	SROC	Deloitte & Associados – SROC SA, representada por	43	20161389	AG	22 de março de 2024	Sim	2.º ano de exercício
2024-2025	ROC	Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	1496	20161106	AG	22 de março de 2024	Sim	2.º ano de exercício
2024-2025	ROC Suplente	João Carlos Henriques Gomes Ferreira	1129	20160741	AG	22 de março de 2024	Sim	2.º ano de exercício

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

Serviços prestados SROC

Valor dos serviços de revisão de contas	13.347,93	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	0	0%
Total	13.347,93	100%

Obs: o valor indicado corresponde ao valor faturado em 2025 pela SROC

F. Conselho Consultivo

1.Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

A Águas do Vale do Tejo, SA não dispôs, em 2025, de Conselho Consultivo.

G. Auditor Externo

1.Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:

A Águas do Vale do Tejo, SA não dispôs, em 2025, de Auditor Externo.

2.Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Não aplicável, visto a Águas do Vale do Tejo, SA, não dispor, em 2025, de Auditor Externo.

3.Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Não aplicável, visto a Águas do Vale do Tejo, SA, não dispor, em 2025, de Auditor Externo.

4.Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato seguinte:

Não aplicável, visto a Águas do Vale do Tejo, SA, não dispor, em 2025, de Auditor Externo.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.

É da competência da Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações aos estatutos, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º dos estatutos da sociedade.

A alteração dos estatutos da sociedade, quer por modificação, quer por supressão de algum dos seus artigos só é válida quando aprovada por acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a mais de metade do capital social, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.

Uma vez que a estrutura organizativa que assegura a gestão delegada do Sistema é a da EPAL, a Águas do Vale do Tejo adotou as ferramentas de prevenção, implementação e controlo, de que a EPAL dispõe. Desta forma, a Águas do Vale do Tejo passou a dispor de ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se o Sistema de Responsabilidade Empresarial, os Planos de Gestão de Risco, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Código de Ética e de Conduta do grupo AdP, o Regulamento de Comunicação de Irregularidades e a Política de Integridade do Grupo AdP e subscritos pela EPAL e Águas do Vale do Tejo.

A atuação da Águas do Vale do Tejo, enquanto empresa que presta um serviço público, tem-se pautado por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão.

O Código de Ética e de Conduta do grupo AdP expressa o compromisso do Grupo AdP, dos órgãos sociais e dos trabalhadores e das trabalhadoras em prosseguir a missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, este código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambiental, social, económica e cultural.

Todos/as aqueles/as que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, podendo fazer chegar contributos à Comissão de Ética do grupo

AdP, através de correspondência para a morada Rua Visconde Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa, pela Linha de Integridade (<https://grupoadp.form.maistransparente.com/>). O acesso ao referido órgão também pode ser feito através do sítio na internet da Águas do Vale do Tejo - <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>.

Este código referencia, ainda, a existência de uma Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, com o objetivo de zelar pela aplicação do Código de Ética e de Conduta, proporcionando, para além de apoio e orientação às trabalhadoras e aos trabalhadores, assegurar o seguimento de eventuais questões éticas ou irregularidades que lhe sejam comunicadas por trabalhadores/as e/ou partes interessadas externas, bem como, acompanhar, com isenção e independência, as atividades desenvolvidas pelos órgãos sociais de cada Sociedade, a divulgação e o cumprimento do Código de Ética e de Conduta em todas as empresas do Grupo. A Comissão é constituída por 7 (sete) membros e pode ser contactada através de correspondência para a morada Rua Visconde Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa ou pela Linha de Integridade (<https://grupoadp.form.maistransparente.com/>).

No Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Vale do Tejo, o qual se encontra publicado no sítio da empresa, em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/> são descritos como meios de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na sociedade, os já referidos no âmbito do Código de Ética e de Conduta.

A Águas do Vale do Tejo e a EPAL reconhecem a proteção de dados pessoais como um pilar fundamental da boa governação societária, da ética empresarial e da construção de relações de confiança com clientes, trabalhadores, parceiros institucionais e demais partes interessadas. Neste enquadramento, desde 2018, a Empresa tem vindo a implementar um sistema estruturado de gestão da proteção de dados pessoais, suportado por políticas, procedimentos e medidas de segurança, de natureza técnica e organizacional, estabelecidos pela EPAL e aplicáveis à Águas do Vale do Tejo. Este sistema visa assegurar que todos os processos e atividades cumprem integralmente os requisitos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679), da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), refletindo o compromisso permanente da empresa e dos seus órgãos sociais com a conformidade e a transparência do seu sistema de gestão da proteção de dados, acompanhando a evolução normativa, tecnológica e organizacional. Este compromisso traduz-se na atualização e desenvolvimento de políticas e procedimentos que asseguram a conformidade dos tratamentos de dados pessoais, promovem a transparência e reforçam o exercício dos direitos dos titulares dos dados.

O/A Encarregado/a da Proteção de Dados (EPD) articula-se regularmente com as áreas jurídica, de sistemas de informação, recursos humanos, comercial e outras de suporte e operacionais, assegurando uma abordagem transversal, integrada e preventiva.

Durante o ano de 2025 foi avaliada a atualidade e adequabilidade das políticas da Águas do Vale do Tejo e das políticas e procedimentos da EPAL, aplicáveis às atividades de tratamento de dados pessoais da Águas do Vale do Tejo, tendo-se verificado a respetiva conformidade, dos quais se destacam as políticas internas e externas de proteção de dados pessoais da Águas do Vale do Tejo (POL.008 e POL.009), a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais (POL.001), a Política Externa de Proteção de Dados Pessoais (POL.002), a Política de Privacidade dos Recursos Humanos (POL.005), bem como os procedimentos relativos à minimização de dados pessoais (P.191), à avaliação de impacto sobre a proteção de dados (P.192), à investigação e gestão de violações de dados pessoais (P.190) e ao exercício dos direitos dos titulares (P.188). Para reforçar o cumprimento da legislação em matéria de proteção de dados pessoais, segurança da informação e privacidade, foi estabelecida a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais em Reuniões Virtuais, *Webinars* e Formações Virtuais (POL.010), que estabelece requisitos e regras aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais realizados nestes contextos.

Todos os documentos normativos e requisitos internos relativos à proteção de dados são divulgados e acessíveis a todas as trabalhadoras e trabalhadores, através da intranet corporativa. Quando aplicável, estes documentos são igualmente comunicados aos prestadores de serviços que tratam dados pessoais em nome da Águas do Vale do Tejo. A Política Externa de Proteção de Dados Pessoais da Águas do Vale do Tejo (POL.009) encontra-se disponível no sítio institucional da Empresa para consulta de todas as partes interessadas, através do endereço - https://www.advt.pt/files/5017/0549/9017/Politica_Externa_Protecao_Dados.pdf.

A Águas do Vale do Tejo tem sistematizado, em documentos específicos, os registos de atividades de tratamento de dados pessoais, identificando de forma estruturada as finalidades, categorias de dados pessoais, categorias de titulares, destinatários, prazos de conservação e medidas de segurança aplicadas.

Os titulares de dados pessoais podem exercer os seus direitos e apresentar questões relacionadas com o tratamento dos seus dados junto do/da Encarregado/a da Proteção de Dados da Águas do Vale do Tejo, através do endereço eletrónico epd.epal@adp.pt ou por via postal para: Encarregado/a de Proteção de Dados da EPAL, Avenida da Liberdade, n.º 24, 1250-144 Lisboa.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC).

A Águas do Vale do Tejo aprovou em 2024 a terceira edição do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde se identificam as áreas mais críticas quanto à ocorrência de potenciais atos de fraude ou corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência.

O Conselho de Administração da Águas de Portugal, SGPS, S.A. aprovou, em 14 de dezembro de 2021, a Política de Integridade do Grupo AdP, a observar pelas empresas, assim como a Carta de Compromisso subscrita por todas as empresas do Grupo em 17 de dezembro de 2021.

Na sequência da emissão da Política de Integridade do Grupo AdP, onde consta a minuta do PPRCIC, o Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo aprovou, em 14 de fevereiro de 2024, uma nova revisão do conteúdo do documento anteriormente em vigor.

A versão atualizada do Plano foi enviada à ETF (Entidade do Tesouro e Finanças do Setor Público Empresarial), ao MENAC, à Tutela Financeira e à Tutela Setorial, e ainda às respetivas entidades inspetivas (IGF e IGAMAOT), conforme previsto no n.º 7 do Artigo 6.º do RGPC.

Dando cumprimento ao previsto no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, e com o objetivo de monitorizar a sua execução, anualmente é efetuada a avaliação do cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa, sendo elaborado o relatório anual e, se aplicável, o relatório intercalar com as respetivas conclusões, o qual é remetido à ETF, ao MENAC, à Tutela Financeira e à Tutela Setorial, e ainda às respetivas entidades inspetivas (IGF e IGAMAOT) e publicitado no sítio de internet da empresa em:

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>

Resultante da análise interna que visou aferir o grau de cumprimento e aderência dos planos à atividade das empresas do grupo AdP, constata-se que a totalidade dos controlos implementados e associados aos eventos de risco das empresas do Grupo se encontram integralmente implementados e a funcionar forma eficaz, não se identificando desta forma a necessidade de implementação de novas medidas ou medidas corretivas.

Nos termos da Recomendação do MENAC n.º 7/2024, de 28 de maio, publicada no Diário da República n.º 103, 2.ª série, foi recomendado às empresas abrangidas pelo RGPC, que *«(...) através do seu responsável pelo cumprimento normativo, e sem prejuízo do disposto no artigo 6.º, n.º 4, do Regime Geral de Prevenção da Corrupção aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, seja comunicado mensalmente ao MENAC durante a primeira semana do mês seguinte ao mês a que respeita, com referência ao cumprimento normativo, se houve regularidade no seu cumprimento ou se houve falhas ou irregularidades, identificando-as.»*

Na sequência desta proposta, a referida informação passou a ser remetida mensalmente ao Responsável do Cumprimento Normativo da AdP SGPS que, posteriormente, a remete ao MENAC.

Por forma a dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 13.º do RGPC, a empresa implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pela administração e pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

Face às recomendações do Tribunal de Contas/Conselho de Prevenção da Corrupção, a entrada em vigor no início de 2018 da nova redação do Código dos Contratos Públicos (CCP), e das orientações da AdP, SGPS, SA, passaram a ser subscritas declarações de inexistência de conflitos de interesses, antes do início de funções, pelos membros do júri e todos os demais intervenientes em cada processo de análise/avaliação de propostas, designadamente peritos e pelo Gestor do Contrato.

B. Controlo interno e prevenção de riscos

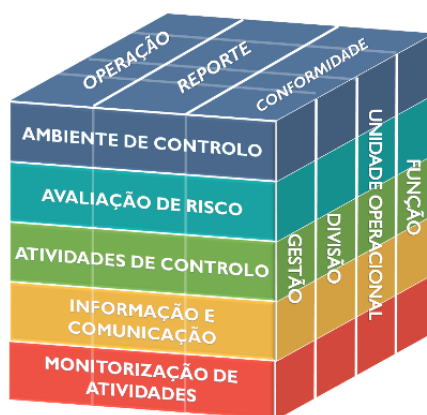
1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).

"Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade." COSO 2013

A Águas do Vale do Tejo e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Vale do Tejo se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2025 o foco foi na monitorização da sua implementação, sem prejuízo do seu alargamento a novos processos no âmbito do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019, e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na empresa e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores e trabalhadoras têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação de Risco

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para a concretização dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser cumpridas. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhoria.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios, dentro de cada componente, estão presentes e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023, a Águas do Vale do Tejo concluiu o mapeamento dos processos relativos à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, que contemplou a elaboração de:

- fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e
- Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

O Manual de Controlo Interno foi atualizado em 30 de abril de 2025 com a aprovação da MRC referente ao processo "Processamento Salarial".

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCI a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Em 2025 foi efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, o que permite aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do modelo do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave decorrentes das auditorias a realizar anualmente possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Vale do Tejo sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional permitirá ao Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo um maior enfoque da sua monitorização e análise dos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado de seguida:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

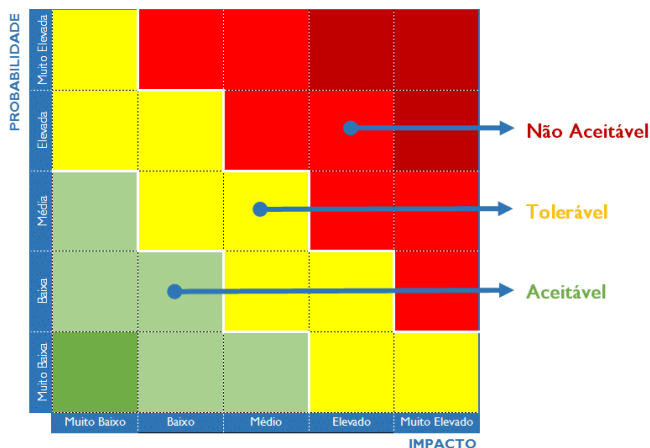
A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem, por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

A Direção de Sustentabilidade Empresarial (DSE) é a Direção da Empresa que tem por missão a gestão do processo de identificação dos riscos inerentes aos negócios da empresa, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”, existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco, sustentado numa metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto na avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela Águas do Vale do Tejo, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela Águas do Vale do Tejo e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco anteriormente referido, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP
- A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e Key Risk Indicators a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Aceitável

Como complemento, apresentam-se no ponto 6 alguns dos principais riscos a que a Águas do Vale do Tejo se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada.

4. Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.

A AICR, enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da AICR, outras áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente o Secretário da Sociedade, a Direção de Sustentabilidade Empresarial, a Direção Administrativa e Financeira, a Direção Jurídico-Legal, a Direção de Gestão de Ativos, a Direção de Laboratórios, a Direção de Planeamento e Controlo de Gestão e a Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental, em áreas como a Legal, Operacional/Infraestrutura, Financeira e Reputacional.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.

No contexto atual, atendendo que a EPAL é que detém a gestão delegada do sistema de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Águas do Vale do Tejo, os principais riscos a que a Águas do Vale do Tejo está exposta na sua atividade, resultam da avaliação conjunta efetuada a ambas as Entidades.

Entre outubro e novembro de 2025 foi efetuada a avaliação do risco assente na matriz de risco estabelecida no início de 2023, a qual possibilitou também concluir sobre a sua adesão à realidade das empresas do Grupo. Foram ainda propostos os correspondentes PTR, para os riscos considerados em patamar Tolerável ou Não Aceitável, bem como o PIO.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Águas do Vale do Tejo se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

- R.2.1.1 - Contexto externo – Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador.
- R.3.1.2 - Águas Residuais – Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis no tratamento das águas residuais (e.g. in- cumprimento licenças de descarga).

Estes riscos descritos foram avaliados como “Elevado” (4.º nível de uma escala de 5 níveis, de Muito Baixo a Muito Elevado), sendo considerados “Não Aceitáveis”.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes Governança, relação com *stakeholders* e capital humano, Sustentabilidade económica e Qualidade de serviço são tratados e monitorizados pela Águas do Vale do Tejo, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos, além de ser assegurada pela empresa e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada, a qual é processada em sistemas de informação, é garantida através dos controlos de IT implementados, da sua análise mensal por via da elaboração de relatórios de atividade onde se explicam e decompõem variações de saldos, das auditorias externas semestrais efetuadas às demonstrações financeiras e o acompanhamento trimestral que é prestado pelos órgãos de fiscalização, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

A EPAL enquanto responsável pela gestão delegada, conforme resulta do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e nos termos do artigo 12.º do mesmo, assegura entre outras a elaboração da contabilidade da sociedade (alínea f), a gestão financeira do sistema e o controlo de gestão (alínea h) e a gestão de sistemas de informação (alínea k).

C. Regulamentos e Códigos

1. *Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.*

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que constituiu a empresa, atribuiu à EPAL, S.A. a gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento e de saneamento do Vale do Tejo, atribuição que o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, manteve.

Uma vez que a estrutura organizativa que assegura a gestão delegada do Sistema é a da EPAL, do conjunto de documentos normativos internos em vigor destacam-se os seguintes:

- Código de Ética e de Conduta do Grupo AdP
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Guia para fornecedores
- Código de conduta para fornecedores
- Política Externa de Proteção de Dados Pessoais da Águas do Vale do Tejo
- Política Interna de Proteção de Dados Pessoais da Águas do Vale do Tejo Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais
- Política de Privacidade dos Recursos Humanos
- Política Privacidade e Proteção Dados Pessoais - Reuniões virtuais, *Webinars*, Formação Virtuais (novo em 2025)
- Política de Cookies do Website da Águas do Vale do Tejo
- Situação Geral de Emergência | Comunicação com Entidades Externas
- Manual de Controlo Interno da EPAL e Águas do Vale do Tejo
- Manual de Identidade Corporativa
- Regulamento do Fundo de Auxílio Carlos Pereira (atualizado em 2025)
- Manual do SRE – Sistema de Responsabilidade Empresarial (atualizado em 2025)
- Manual de Gestão de Eventos de Crise
- Manual do Voluntariado
- Código de Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho
- Boas Práticas no Âmbito da Prevenção de Riscos Psicossociais no Local de Trabalho
- Guia orientador para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens
- Política de Soluções Digitais e desenvolvimento seguro
- Política e Regulamento de Subsídios, Patrocínios e Donativos
- Política de Segurança da Informação
- Política de Soluções Digitais e desenvolvimento seguro

- Regulamento de Segurança e Utilização aceitável dos Sistemas de Informação
- Regulamento de Aquisição, Atribuição e Utilização de Viaturas de Serviço
- Regulamento Interno de Acesso, Circulação e Estacionamento de Veículos em Recintos e Instalações da Empresa
- Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis e Acessórios de acesso remoto à internet
- Regulamento de Fardamentos
- Ordem de Serviço – Estrutura Orgânica EPAL
- Ordem de Serviço – Codificação dos Centros de Custo e Centros de Custos
- Ordem de Serviço – Constituição de Pelouros (atualizado em 2025)
- Ordem de Serviço – Delegação de Competências (atualizado em 2025)
- Comunicação de Serviço - Política de Segurança da Informação
- Comunicação de Serviço – Sistema de Comunicação de Assiduidade e Pontualidade
- Comunicação de Serviço – Fluxos Informação nos procedimentos de locação de bens e aquisição de bens e serviços
- Comunicação de serviço - Cedência de Computador a Trabalhadores no âmbito da passagem à reforma e ou processo de substituição de equipamentos (atualizado em 2025)
- Comunicação de serviço - Alterações Funcionais e Categorias Profissionais (nova em 2025)
- Plano para a Igualdade de Género anual
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades do Grupo AdP
- Manual de Gestão do Risco Empresarial do Grupo AdP

Os documentos normativos acima referidos encontram-se disponíveis na intranet da EPAL, na área das Normas e Manuais acessíveis para consulta de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Os diplomas legais com incidência na atividade da Águas do Vale do Tejo, publicados em 2025, foram os seguintes:

- Decreto-Lei n.º 122/2024, de 31 de dezembro, cria a Agência para o Clima, I. P.
- Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2026.
- Decreto-Lei n.º 125/2025, de 4 de dezembro, estabelece o novo regime jurídico da cibersegurança.
- Lei n.º 67/2025, de 24 de novembro, altera o artigo 215.º do Código Penal e o Código de Processo Penal.

- Resolução n.º 2/2025-PG, de 29 de outubro, estabelece os procedimentos atualizados para submissão eletrónica de atos/contratos adicionais e pedidos ao Tribunal de Contas.
- Decreto-Lei n.º 115/2025, de 27 de outubro, altera o regime jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo.
- Decreto-Lei n.º 112/2025, de 23 de outubro, flexibiliza regras de contratação pública, alterando a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e o Código dos Contratos Públicos.
- Regulamento Delegado (UE) 2025/2152 da Comissão, de 22 de outubro, altera os limiares para os contratos públicos em geral.
- Regulamento Delegado (UE) 2025/2150 da Comissão, de 22 de outubro, altera os limiares para os contratos dos setores especiais.
- Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto dos incêndios rurais.
- Decreto-Lei n.º 96/2025, de 21 de agosto, reestrutura a Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, IP (antiga AMA, IP).
- Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto, estabelece as tarifas, rendimentos tarifários e demais valores a cobrar nos termos dos contratos de concessão no âmbito de vários sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento para o ano de 2025.
- Regulamento n.º 1006/2025, de 19 de agosto, estabelece o funcionamento da comissão de tentativa de conciliação extrajudicial nos termos do n.º 4 do artigo 25.º-B da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.
- Regulamento n.º 976/2025, 7 de agosto, aprova o Sistema de Aprovação Nacional dos Produtos em Contacto com a Água Destinada ao Consumo Humano (em execução do Decreto-Lei n.º 69/2023).
- Portaria n.º 188/2025/1, de 15 de abril, estabelece o conteúdo dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) e revoga a antiga Portaria n.º 1284/2009.
- Lei n.º 53-A/2025, de 9 de abril, altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- Lei n.º 32/2025, de 27 de março, altera o Código do Trabalho, com destaque para a criação de um regime de ausências justificadas para determinados trabalhadores (introdução do art.º 252-B).
- Decretos-Lei n.º 33/2025, 34/2025 e 35/2025, todos de 24 de março, alteram o Código do IVA.
- Lei n.º 26/2025, de 19 de março, altera o Código Penal em matérias de proteção jurídica reforçada dos agentes de segurança, profissionais de educação/saúde e outros agentes públicos.

- Decreto-Lei n.º 22/2025, de 19 de março, estabelece os procedimentos de identificação, designação e reforço da resiliência das entidades críticas nacionais e de especial relevância europeia.
- Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025.
- Portaria n.º 46/2025/1, de 20 de fevereiro, estabelece a atualização extraordinária de preço dos contratos de aquisição de serviços com duração plurianual.
- Lei n.º 9/2025, de 13 de fevereiro, procede à alteração ao regime jurídico de estrangeiros.

2. Código de Ética:

a) Referência à existência de um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores;

b) Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (vide artigo 47.º do RJSPE).

A atuação da Águas do Vale do Tejo, enquanto empresa que presta um serviço público, pauta-se por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O Código de Ética e Conduta expressa o compromisso do Grupo AdP em prosseguir a sua missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, o código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambiental, social, económica e cultural.

Com a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo atribuída à EPAL, a empresa adotou o mesmo Código de Ética e Conduta do Grupo AdP, versão de dezembro de 2023, e que está disponível para consulta na intranet da empresa e no *sítio* da Águas do Vale do Tejo, sendo acedível através de uma hiperligação para o Código, que se encontra disponível para consulta em: <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

O código de conduta tem por objetivo definir o referencial ético das empresas do Grupo AdP, ser uma referência, formal e institucional, para as atitudes e condutas profissionais de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras, tornando-se um padrão de relacionamento interno e com as partes interessadas externas, cimentar, na empresa, a existência e a partilha de valores e normas de conduta comuns, reforçando uma cultura partilhada, promover relações de confiança entre a empresa e os seus parceiros,

reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e responder ao desafio cívico de alicerçar a sociedade em princípios éticos que respeitem as orientações de organização supranacionais.

Para além disso, é entendimento da empresa que todos/as aqueles/as que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Para a Águas do Vale do Tejo é essencial promover uma boa relação e comunicação com os seus fornecedores e prestadores de serviços, incentivando-os à adoção de compromissos e de práticas sustentáveis, em toda a sua abrangência, bem como de padrões conscientes de qualidade, ética, conduta e transparência, idênticos aos, por si, preconizados e praticados.

Esta partilha da cultura e valores associados à transparência, qualidade e sustentabilidade, contribuem para o desenvolvimento sustentável da Águas do Vale do Tejo e dos/as seus/suas Fornecedores/as e Prestadores de Serviços, criando valor para ambas as partes, concretamente no que concerne à melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores e trabalhadoras e, por inerência, criando um impacto positivo na comunidade ao nível da saúde pública da população abrangida.

Na página da internet dedicada aos Fornecedores encontra-se disponível o documento “Guia para Fornecedores”, que define um conjunto de requisitos e de regras específicas, relacionadas com o ambiente, a energia, a segurança e saúde no trabalho, a qualidade, a gestão dos ativos e proteção de dados contribuindo para o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis e para o desenvolvimento sustentável de ambas as partes, de forma compatível com as disposições contratuais entre cada um dos fornecedores e a Águas do Vale do Tejo. “O Guia para Fornecedores” está disponível no site da empresa, no endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/fornecedores/>.

Adicionalmente está igualmente publicado o Código de Conduta para Fornecedores, sendo que a aceitação e o cumprimento do disposto neste Código, constitui uma obrigação contratual, prevê que o Fornecedor proceda à sua divulgação entre os seus trabalhadores, trabalhadoras e subcontratados, quando aplicável, bem como assegure o seu cumprimento, nas ações quotidianas por parte das pessoas envolvidas.

O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no site da empresa no endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/fornecedores/>.

Nas peças usadas em procedimentos de contratação, no campo “Obrigações Principais do Prestador Serviços” existe uma alínea que refere a obrigação de cumprir, e fazer cumprir, pelo seu pessoal e pelos/as

seus/uas subcontratados/as as disposições constantes da Política de Gestão, na parte aplicável, do “Guia para Fornecedores” e das disposições constantes do contrato e do Regulamento de Proteção de Dados Pessoais em vigor, disponíveis para consulta no sítio da empresa através do endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/protecao-de-dados-pessoais/>

No que concerne aos comportamentos éticos e deontológicos preconizados no Código de Ética e de Conduta, são tratados equitativamente, os trabalhadores e as trabalhadoras da empresa, sem distinção em termos de níveis hierárquicos; os/as clientes, independentemente dos seus perfis de consumo; e os/as fornecedores/as, quaisquer que seja o seu vínculo contratual.

A divulgação do Código de Ética e de Conduta do Grupo AdP, que a Águas do Vale do Tejo adotou, é feita através da sua página da internet, para todas as entidades externas, e a divulgação junto dos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa é efetuada ainda na intranet da EPAL, cujo acesso é livre para todos os colaboradores. O acesso no site da empresa é efetuado através do endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

3. Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC: anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro)

a) Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR, vd. Artigo 6.º do RGPC);

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da Águas do Vale do Tejo, encontra-se disponibilizado na internet em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SISEE), da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem

como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na Águas do Vale do Tejo em 2016, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

b) Referência à elaboração de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo (vd. alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC);

O grupo AdP, no qual se inclui a Águas do Vale do Tejo reconhece, tal como é referido no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, que os relatórios de execução intercalar e anual do Plano, que integram o modelo de integridade, são *"instrumentos úteis para uma boa gestão pública, com potencial para a promoção de uma cultura de prevenção de riscos, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência e do rigor, bem como para a promoção da qualidade do serviço público"*, e contribuem para *"o aperfeiçoamento do trabalho já desenvolvido"*. Os relatórios vêm ainda reforçar a transparência na aplicação dos princípios de boa governação em alinhamento com o enquadramento legal e com as convenções multilaterais neste domínio.

Por não se encontrarem identificados eventos de risco classificados como "Elevado" ou "Máximo" no âmbito do PPRCIC em 2025, não foi necessário efetuar a avaliação intercalar e elaboração do respetivo relatório intercalar.

c) Referência à elaboração de relatório de avaliação anual (vd. alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC e n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, que remete para a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a que corresponde a atual alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro);

Da avaliação anual e da avaliação intercalar do Plano resultam dois relatórios sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, ou implementados, mas não eficazes, e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Estes são remetidos à ETF, ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas (IGF e IGAMAOT), sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SISEE), da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>.

d) Referência à existência de um código de conduta, por parte das entidades abrangidas, nos termos e de acordo com o disposto no artigo 7.º do RGPC.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação da Política de Integridade, as empresas do Grupo efetuaram a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores visando a definição dos próximos passos, com vista ao robustecimento da Política e a sua integral implementação.

Registe-se ainda que em 6 de julho de 2020, a Águas do Vale do Tejo subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo

com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

A Águas do Vale do Tejo reforçou, assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

D. Deveres especiais de informação

1.Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RISPE), a saber:

A plataforma utilizada é o site da empresa – www.advt.pt

a)Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;

Não foram prestadas quaisquer garantias financeiras nem assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

b)Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

O grau de execução dos objetivos fixados, bem como a justificação de desvios e eventuais medidas corretivas são publicados anualmente nos Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário da entidade, os quais são disponibilizados no respetivo sítio da internet, em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/relatorios-e-contas/>

c)Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;

Os Planos de atividades e orçamento anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, são disponibilizados no sítio da Empresa (disponível em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/plano-de-atividades-e-orcamento/>) e na plataforma do SISEE.

d) Orçamento anual e plurianual;

O orçamento anual é disponibilizado no sítio da Empresa (disponível em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/plano-de-atividades-e-orcamento/>) e na plataforma do SISEE.

e) Documentos anuais de prestação de contas;

Os documentos anuais de prestação de contas são disponibilizados na plataforma do SISEE e no *sítio* da empresa - <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financeira/relatorios-e-contas/>.

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados do relatório do órgão de fiscalização são disponibilizados na plataforma do SISEE e no *sítio* da empresa - <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financeira/relatorio-trimestral-de-execucao-orcamental/>.

E. Sítio na Internet

1. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos (vide artigo 53.º do RFSPE):

a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/identificacao-da-sociedade/>

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/estatutos-da-sociedade/>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/orgaos-sociais/>

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/orgaos-sociais/politica-remuneratoria/>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financeira/relatorios-e-contas/>

e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/estatutos-da-sociedade/>

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

Nos termos do número 7 do artigo n.º 59, do Decreto-lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido que a Águas do Vale do Tejo deverá receber, anualmente, e até 31 de março do ano a que respeita, uma receita extraordinária sob a forma de apoio do Fundo Ambiental.

No âmbito do Programa do XXI Governo Constitucional e do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, o Estado decidiu cindir as empresas agregadas em 2015, bem como interromper a trajetória de aumento tarifário estabelecida então.

Esta decisão foi suportada num estudo de neutralidade das receitas das empresas cindidas, tendo o Estado decidido compensar a perda de receitas das entidades cindidas pela criação de corredores tarifários entre empresas – estendendo a aplicação da componente tarifária acrescida - e pela transferência de uma receita do Fundo Ambiental.

Neste sentido, a receita extraordinária adicional sob a forma de apoio do Fundo Ambiental a receber em cada ano, tem por objetivo compensar o volume de negócios que seria cobrado anualmente através da tarifa e que estava previsto na trajetória de aumento tarifário das empresas cindidas.

Durante o ano de 2025 recebeu como apoio financeiro a título de Fundo Ambiental o valor total de 12,5 milhões de euros, e cuja informação se encontra disponível em

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financeira/apoios-financeiros-recebidos-do-estado/>

2. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes elementos:

a) Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada;

- Guia para fornecedores
https://www.advt.pt/index.php/download_file/view/512/339/
- Código de Conduta para Fornecedores
https://www.advt.pt/index.php/download_file/view/615/339/
- Política de Cookies do Website da AdVT
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/cookies/pol%C3%ADtica-de-cookies-advt.pdf?sfvrsn=2>
- Política Externa de Proteção de Dados Pessoais
https://www.advt.pt/index.php/download_file/view/595/339/

b) *Código de Ética;*

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

c) *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);*

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>

d) *Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;*

Não aplicável em 2025

e) *Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR;*

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>

f) *Código de Conduta;*

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

g) *Relatório sobre remunerações por género*

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/igualdade-de-genero/>

<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/relat%c3%b3rio-remunerac%c3%b5es-pagas-a-mulheres-e-homens.pdf?sfvrsn=12>

h) *Informação anual do modo como foi prosseguida a missão da empresa, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vd. artigo 45.º do RJSPE);*

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/relatorios-e-contas/>

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).

A concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de água e de saneamento do Vale do Tejo foi atribuída pelo Estado Português à Águas do Vale do Tejo, através de Contrato assinado em 30 de junho de 2015, concessão essa que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas no referido contrato.

2. Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, caso haja apresentado nova proposta, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vd. n.os 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE). A empresa deve apresentar declaração do seguinte:

a) que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;

b) que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e

c) que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.

A concessão tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do sector, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A Águas do Vale do Tejo compromete-se a garantir, durante todo o prazo da concessão, o cumprimento dos objetivos relativos à adequação do *interface* com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental, que reflitam os pressupostos do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira em vigor.

Estes objetivos são aprovados pelo Concedente após parecer do Conselho Consultivo e da Entidade Reguladora do Setor, sendo materializados em indicadores que incluam no mínimo os utilizados no sistema de avaliação da qualidade de serviço da Entidade Reguladora do Setor, sem prejuízo de outros indicadores que o Conselho Consultivo entenda relevantes (n.º 3 da cláusula 7.ª do Contrato de Concessão). A iniciativa de apresentação da proposta de definição de metas ao Conselho Consultivo para os primeiros cinco anos, cabe à Concessionária (n.º 4 da cláusula 7.ª). As metas para o primeiro quinquénio não podem ser menos exigentes do que o valor resultante do indicador médio das concessionárias extintas relativo ao ano anterior à assinatura do contrato de concessão.

Do articulado do Contrato de Concessão resulta então que os indicadores referentes aos objetivos de serviço público devem incluir, no mínimo, os indicadores de qualidade de serviço da ERSAR, portanto os 16 indicadores para o serviço de abastecimento de água e os 16 para o serviço de saneamento de águas residuais, sendo que as metas a fixar para os mesmos devem ter por base os valores médios atingidos em 2014 pelas empresas agregadas.

No termos do n.º 4 da cláusula 7.ª do Contrato de Concessão, a Águas do Vale do Tejo dispunha de 6 meses a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão para propor os objetivos ao Conselho Consultivo. Assim o referido prazo terminaria no final de 2015, sendo certo que não existindo ainda Regulamento do Conselho Consultivo aprovado nos termos do artigo 24.º n.º 6 do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, não foi possível submeter a proposta.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1.Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da empresa.

Os órgãos estatutariamente competentes para a determinação das remunerações dos órgãos sociais são a Assembleia Geral e a Comissão de Vencimentos.

Atendendo que a empresa não tem trabalhadores no seu quadro de pessoal, não se encontra definida a competência para a determinação da remuneração dos dirigentes da entidade.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral e Comissão de Vencimentos
Remuneração dos membros da comissão executiva	Não aplicável
Remuneração dos dirigentes	Não aplicável

2.Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).

A aplicabilidade desta instrução restringe-se aos membros dos Órgãos Sociais, uma vez que, no âmbito da gestão delegada à EPAL, e nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com exceção dos Órgãos Sociais, a Águas do Vale do Tejo não tem qualquer colaborador no seu quadro de pessoal.

Não tendo a Águas do Vale do Tejo colaboradores, todos os mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, no que à aprovação de despesas por si realizadas respeita integralmente aos membros dos Órgãos Sociais, designadamente ao Conselho de Administração, estão implementados na EPAL.

Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Vale do Tejo, para prevenir a existência de conflitos de interesses em termos de aprovação de despesas por si realizadas cumprem o procedimento instituído na EPAL para o efeito e que se materializa no seguinte: aquando da apresentação das despesas a pagamento estas foram previamente visadas e aprovadas por um membro do Conselho de Administração diverso do beneficiário. Cabe, adicionalmente, à Direção Financeira garantir, antes de proceder ao respetivo pagamento, que tal procedimento foi cumprido.

3. Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Os membros do Conselho de Administração cumpriram o disposto no artigo 51.º do RJSPE, abstendo-se, quando aplicável, de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Nos termos do artigo 28.º dos estatutos da empresa, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral, as remunerações dos membros dos órgãos sociais podem ser fixadas por uma comissão eleita pelos acionistas em Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral, realizada em 17 de abril de 2023, foram eleitos para o mandato 2023-2025, os membros da Comissão de Vencimentos da Águas do Vale do Tejo, SA:

Presidente | Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Luís Miguel Ferro Pereira

Vogal Efetivo | Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

Vogal Efetivo | Presidente da Câmara Municipal de Alcobaca, Hermínio José Da Cruz Augusto Rodrigues

Na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 25 de junho de 2025, foi eleita Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, para o cargo de vogal da Comissão de Vencimentos da Águas do Vale do Tejo, SA, deixado em aberto pela renúncia apresentada por Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira, pelo restante período do mandato.

Os membros da Comissão de Vencimentos da Águas do Vale do Tejo, SA para o restante período do mandato 2023-2025 são:

Presidente | Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Luís Miguel Ferro Pereira

Vogal Efetivo | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal Efetivo | Presidente da Câmara Municipal de Alcobaca, Hermínio José Da Cruz Augusto Rodrigues

Não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para prestar apoio à Comissão.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

A política de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da Águas do Vale do Tejo, bem como o respetivo regime remuneratório, decorre do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração n.º 2/2012 de 25 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março

A política remuneratória dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo é comum à das empresas do Grupo Águas de Portugal e segue rigorosamente o disposto nos vários diplomas e recomendações sobre a matéria, nomeadamente quanto:

- À definição de categorias de empresas para efeito de remunerações dos respetivos órgãos sociais, em função da sua dimensão, complexidade e estágio de desenvolvimento, sendo a Águas do Vale do Tejo uma empresa com classificação "A";
- À celebração de contratos de gestão com todos os gestores das empresas participadas do Grupo, nas condições exigidas pelo estatuto do gestor público;
- À divulgação nos relatórios de gestão das remunerações e outros benefícios e regalias auferidas pelos membros dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa.

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas de 22 de março de 2024, foi ratificada a política remuneratória dos órgãos sociais da empresa eleitos para o mandato 2023-2025, com respeito pela legislação em vigor, relativa às remunerações dos órgãos sociais das empresas públicas, com efeitos à data de nomeação, observando o disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Considerando a eleição do Conselho de Administração para o mandato 2025-2027, e por deliberação da Assembleia Geral de acionistas de 25 de julho de 2025, aprovada por unanimidade, foi mandatada a

Comissão de Vencimentos para a fixação da política remuneratória dos órgãos sociais, no estrito cumprimento da legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março. Até determinação da política remuneratória, mantém-se inalterada a política em vigor, com as atualizações legais, entretanto ocorridas.

As remunerações foram atualizadas, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, de acordo e em conformidade com as remunerações contantes da Tabela de Remuneração dos Gestores Públicos publicada pela DGAEP, para os gestores públicos.

A remuneração dos órgãos sociais da empresa eleitos para o mandato 2025-2027, é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Remuneração do Presidente: Senha de presença, no valor de €650,00 (seiscentos e cinquenta euros)

Remuneração do Vice-Presidente: Sem remuneração

Remuneração do Secretário: Senha de presença, no valor de €400,00 (quatrocentos euros)

(Enquanto Ana Cristina Rebelo Pereira auferir a sua remuneração através de outra empresa do Grupo AdP, a remuneração/senha indicada será faturada pela AdP SGPS à Águas do Vale do Tejo, nas datas em que a mesma seja devida).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro. Sem prejuízo nos casos de opção pelo vencimento do lugar de origem, as remunerações são as seguintes:

Administradores executivos:

Presidente - Remuneração Fixa

Vencimento mensal líquido de €6.277,61 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro)

Abono Mensal de €2.511,04 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vice-Presidente - Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €5.649,85 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro)

Abono Mensal de €2.259,94 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vogais – Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €5.022,09 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro).

Abono Mensal de €2.008,84 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Outros termos e condições comuns aos administradores executivos

- Não está prevista a atribuição de remuneração variável
- Utilização de viatura de serviço, despesas de combustível e portagens
Atribuição de viatura de serviço nos termos do regulamento de viaturas que, em cada momento, esteja em vigor no grupo Águas de Portugal, em observância dos custos máximos mensais de aluguer de viatura, fixados em Assembleia Geral da sociedade;

Pagamento das despesas mensais de combustível e portagens afetas à utilização de viatura de serviço fixadas nos termos em vigor, sendo presentemente de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação devidas de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa.
- Comunicações
Pagamento de gastos com chamadas por uso de telefone móvel de serviço, incluindo transmissão de pacotes de dados e internet, até ao montante máximo mensal fixado nos termos da lei que, em cada momento, esteja em vigor, sendo presentemente de €80,00, nos termos do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, e de acordo com o regulamento em vigor no grupo Águas de Portugal.
- Benefícios Sociais
Seguro de vida ou de acidentes pessoais e seguro de saúde nas condições fixadas e nos termos em vigor no grupo Águas de Portugal adicionados dos restantes benefícios sociais conferidos aos trabalhadores da empresa, nos termos do artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro.
- Outros Benefícios
Pagamento de subsídio de refeição, por cada dia útil, nas condições em vigor no grupo AdP, em observância das disposições legais que em cada momento sejam aplicáveis.

Enquanto os membros do Conselho de Administração acumularem funções de gestão na EPAL - Empresa de Águas Livres, S.A., empresa que detém a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, S.A., não haverá lugar ao pagamento de qualquer remuneração e/ou benefícios, seja a que título for.

Administradores não executivos:*Presidente - Remuneração Fixa*

Vencimento mensal ilíquido de €1.569,40, pago doze vezes ao ano, correspondente a um quarto da remuneração auferida pelo presidente executivo, nos termos previstos no Estatuto de Gestor Público.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vogal - Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €1.255,52, pago doze vezes ao ano, correspondente a um quarto da remuneração auferida pelo presidente executivo, nos termos previstos no Estatuto de Gestor Público.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Outros termos e condições comuns aos administradores não executivos

- Remuneração variável
Não aplicável
- Utilização de viatura de serviço, despesas de combustível e portagens, Comunicações, Benefício Sociais e Outros Benefícios

Não aplicável

No que concerne aos Presidentes de Câmara Municipal membros dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo, S.A., exercerão o cargo sem auferir qualquer remuneração pelas suas funções nesta sociedade, nos termos do disposto no artigo 30.º, n.º 1, aplicável por força do artigo 51.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, segundo o qual é proibido o exercício simultâneo de funções, independentemente da sua natureza, no município, com funções em empresas do setor empresarial do Estado participadas pelo município, se tais funções forem remuneradas.

CONSELHO FISCAL

Presidente - Remuneração Fixa

Remuneração mensal ilíquida de €1.757,73, paga catorze vezes ao ano. No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa de remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vogais - Remuneração Fixa

Remuneração mensal ilíquida de €1.318,30, paga catorze vezes ao ano. No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa de remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Valor a acordar entre a Águas do Vale do Tejo e o Revisor Oficial de Contas, não podendo, em caso algum, ultrapassar o valor correspondente a 35% da remuneração anual ilíquida do Presidente do Conselho de Administração, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, pago de acordo com a periodicidade prevista em contrato de prestação de serviços, de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do Despacho SET n.º 155/2018, de 9 de março.

Para o mandato em curso foi estabelecida uma remuneração mensal de 1.379,28 euros, com início no mês de abril de 2024, sendo o valor atualizado anualmente de acordo com a tabela publicada pela Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP).

A versão atualizada do Sistema Remuneratório da Administração Pública para 2025 (SRAP 2025) divulgada pela DGAEP resulta da atualização legal introduzida pelo Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, pelo que com efeitos a 1 de janeiro de 2025, a remuneração mensal do Revisor Oficial de Contas foi atualizada para 1.483,08 euros.

3.Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Não aplicável.

4. Explicação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não aplicável.

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.

Não aplicável.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não aplicável.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos seguintes:

No caso dos membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo que são simultaneamente membros do Conselho de Administração da EPAL, estamos perante uma acumulação de funções sem oneração para a sociedade.

2. Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No caso dos membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo que são simultaneamente membros executivos do Conselho de Administração da EPAL, estamos perante uma acumulação de funções sem oneração para a sociedade.

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração no exercício de 2025 foram as seguintes:

- Pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Mandato terminado em 25 de junho de 2025

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2025 (€)		
	Fixa	Variável	Valor
Carlos Manuel Martins	57.008,41	-	57.008,41
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado *	21.844,61	-	21.844,61
Telma Susana Rodrigues Correia	48.220,45	-	48.220,45
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	48.220,45	-	48.220,45
			175.293,92

* A Vice-Presidente, Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, acumulou funções de gestão na EPAL e na AdP SGPS no período temporal compreendido entre 10 de março de 2025 a 25 de junho de 2025. A partir de 10 de março de 2025, a remuneração passou a ser assegurada pela AdP SGPS.

Mandato iniciado em 25 de junho de 2025

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2025 (€)		
	Fixa	Variável	Valor
José Manuel Leitão Sardinha	61 010,61	-	61 010,61
Manuel Joaquim Barata Frexes	57 619,09	-	57 619,09
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	48 808,56	-	48 808,56
Maria do Rosário Cardoso Águas	57 896,97	-	57 896,97
			225 335,23

As remunerações abaixo indicadas referem-se ao período anterior ao início ao exercício das funções na EPAL, não existindo qualquer sobreposição.

- Pela AdP SGPS, SA

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2025 (€)		
	Fixa	Variável	Bruta
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado ⁽¹⁾	91 470,16		91 470,16
José Manuel Leitão Sardinha ⁽²⁾	19 134,35		19 134,35
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira ⁽³⁾	45 450,44		45 450,44

(1) Iniciou funções de Vogal Executivo da AdP SGPS no dia 10 de março de 2025

(2) Cessou funções de Vice-Presidente da AdP SGPS no dia 28 de fevereiro de 2025

(3) Auferiu remuneração enquanto administradora da AdP SGPS até 24/06/2025 (fim de mandato em 25 de julho de 2025)

- Pela AdP Energias, SA

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2025 (€)		
	Fixa	Variável	Bruta
Maria do Rosário Cardoso Águas ⁽¹⁾	51 590,05		51 590,05

(1) Auferiu remuneração enquanto administradora da AdP Energias até 24/06/2025

3.Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Não aplicável.

4.Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Conforme referido no ponto 2 do presente capítulo, os atuais membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo optaram pela remuneração do local de origem, não recebendo assim qualquer remuneração por parte da sociedade.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas, datada de 25 de junho de 2025, o Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo foi dissolvido por mera conveniência, nos termos do n.º 1 do art.º 26.º do Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação.

Atendendo que à data da cessação de funções encontravam-se há mais de doze meses em funções de gestão, no âmbito do mandato 2023-2025, e tendo a cessação do mandato ocorrido nos termos previstos no n.º 1 do art.º 26.º do Estatuto do Gestor Público, ou seja, demissão e/ou dissolução por mera conveniência, desde que conte, pelo menos, 12 meses seguidos de exercício de funções, o gestor público tem direito a uma indemnização correspondente ao vencimento de base que auferiria até ao final do respetivo mandato.

Face ao exposto, durante o ano de 2025 foram atribuídas indemnizações pela empresa EPAL, por cessão de funções, ao seguinte membro do Conselho de Administração que terminou funções em 24 de junho de 2025:

- Telma Correia – 14.131,57 euros

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Os membros do Conselho Fiscal auferiram a seguinte remuneração anual:

Nome	Remuneração Anual 2025 (€)
	Bruta
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	24.608,22
Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva	18.456,20
António Manuel Pina da Fonseca	0,00
	43.064,42

A remuneração auferida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) em 2025 encontra-se indicada no n.º 3 do ponto E do capítulo V. Órgãos Sociais e Comissões.

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

A remuneração dos membros da Assembleia Geral foram as seguintes:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2025 (€)
				Bruta
2023-2025	Presidente	Carlos Manuel Martins Condesso, Presidente Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	650,00	0,00
2023-2025	Vice-Presidente	AdP SGPS, SA	-	0,00
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	400,00	800,00
				800,00

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

As transações com partes relacionadas são analisadas pela sociedade, encontrando-se, sempre que aplicável, suportadas em procedimentos de contratação pública.

No que respeita aos mecanismos implementados pela Águas do Vale do Tejo para efeitos de controlo das transações das partes relacionadas, os mesmos resultam da elaboração de uma nota de encomenda anual, aprovada no início de cada ano, conforme delegação de competências aplicável, e suportada nos contratos celebrados com as diversas entidades do Grupo, a qual não permite que sejam registadas despesas adicionais às aprovadas, exceto se resultarem de alterações contratuais posteriores e que serão obrigatoriamente objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da Empresa.

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água e à prestação de serviços de saneamento de águas residuais.

Incluem ainda os *fees* de gestão aplicados pela AdP SGPS às empresas do Grupo AdP, que resultam dos serviços prestados relacionados com o desenvolvimento de funções de estratégia e gestão global, representação institucional e regulatório, comunicação e imagem corporativa, planeamento e controlo de gestão, auditoria, qualidade, inovação desenvolvimento de novos negócios e investimentos do Grupo. O racional económico da centralização destas funções corporativas e estratégicas na AdP SGPS está relacionado com a (i) uniformização das políticas do Grupo AdP e (ii) obtenção de economias de escala, beneficiando, ainda, do *know-how* adquirido e experiência da AdP SGPS, disponibilizando assim soluções adequadas e de elevado potencial, incorporando boas práticas de gestão e garantindo a prossecução dos objetivos do Grupo AdP.

Estas transações são adicionalmente objeto de consolidação mensal pelo acionista, para todas as empresas do grupo, sendo ainda elaborado anualmente um relatório anual dos preços de transferência, nos termos da legislação em vigor. O relatório de preços de transferência referente a 2025 será elaborado e apresentado observando os respetivos prazos legais.

Os saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2025 foram:

2025	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Energia, S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	EPAL, S.A.	Águas do Norte, S.A.	Simarsul, S.A.	Municípios Acionistas	Municípios Não Acionistas
Activo												
Cientes	-	-	-	77 291	-	-	-	-	162 747	-	50 597 562	559 649
Acréscimos Rendimentos	-	-	-	35 445	62 771	-	2 244 179	5 419 049	45 492	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 861	1 097 726	484 720
Total	-	-	-	112 736	62 771	-	2 244 179	5 419 049	208 240	5 861	51 695 288	1 044 369
Passivo												
Acionistas - Suprimentos e ap. tesouraria	80 272 727	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	909 089	25 888	48 977	-	29 511	6 227	-	2 470 799	303	-	12 357 867	1 353 164
Acréscimos Gastos	396 169	2 409	26 796	-	26 709	-	-	1 671 304	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	4 774 998	-	5 689	-	-
Total	81 577 986	28 297	75 772	-	56 220	6 227	-	8 917 101	303	5 689	12 357 867	1 353 164
Rendimentos												
Vendas e prestações serviços	-	-	-	232 679	-	-	-	-	573 737	-	28 659 497	4 263 559
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 463 401	1 374
Total	-	-	-	232 679	-	-	-	-	573 737	-	35 122 898	4 264 933
Gastos												
CMVMC	-	-	-	-	334 968	-	-	20 157 637	6 590	-	-	-
Fornecimento e serv. Externos	2 896 673	55 511	95 925	-	-	26 062	-	413 177	-	-	72 041	12 376
Gastos com pessoal afeto à concessão	-	-	-	-	-	-	-	13 967 565	-	-	-	-
Gastos Financeiros	4 425 880	-	-	-	-	-	-	133 920	-	-	526 300	37 907
Outros Gastos	700	-	-	-	-	-	-	11 656	-	-	15 099	-
Total	7 323 253	55 511	95 925	-	334 968	26 062	-	34 683 955	6 590	-	613 440	50 282

As transações com partes relacionadas estão igualmente descritas na nota 32 do Anexo às Demonstrações Financeiras da Águas do Vale do Tejo incluídas no Relatório e Contas de 2025.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A Águas do Vale do Tejo segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente, as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação vigente (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio).

As empresas do Grupo AdP asseguram, através da AdP SGPS, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade,

encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procura-se disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), a 3 de março de 2014, na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Não existiram, durante o ano de 2025, transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, ressalvando-se, contudo, as relações *in house* descritas de seguida.

No âmbito da contratação intra-grupo, o relacionamento das empresas participadas do Grupo AdP com a AdP VALOR, Serviços Ambientais, S.A., com a AdP ENERGIAS - Energias Renováveis e Serviços Ambientais,

S.A. e com a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, SA.

Também o modelo relacional vigente entre a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., e as empresas do grupo Águas de Portugal, designadamente a Águas do Vale do Tejo, é uma relação *in house*, nos termos do previsto no artigo 5.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo das contraprestações relativas aos serviços técnicos de gestão e administração (*fees* de gestão) prestados às sociedades participadas nos termos do regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, com a redação vigente.

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

A lista de fornecedores com transações com a entidade em 2025 que ultrapassam 5% dos FSE consta do quadro seguinte:

Contribuinte	Valor (euros)	Entidade
500906840	42.259.580	EPAL-EMPRESA PORT ÁGUAS LIVRES SA
502124083	10.742.005	IBERDROLA CLIENT PORTUGAL, UNIPessoal
503093742	8.235.606	ÁGUAS PORTUGAL SGPS SA
506477940	2.859.505	AMBIAGUA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SA
507846044	2.852.616	SU ELETRICIDADE, SA
500563993	2.663.055	ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, a Águas do Vale do Tejo dispõe, como documento orientador, a Política de Gestão, que reflete os principais compromissos da empresa no enquadramento da Missão, Visão e Valores e, num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es (os compromissos constantes da Política de Gestão estão elencados no ponto II deste documento).

1. Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);

A responsabilidade social do Grupo AdP e da Águas do Vale do Tejo em particular está ligada à sua missão de serviço público.

O Grupo AdP acredita que pessoas certas, com competências certas, focadas na excelência do core business são o fator decisivo para a prestação de um serviço de qualidade aos clientes.

Ao nível da Política de Gestão da empresa, dois dos compromissos refletem a preocupação da empresa com a garantia e da melhoria da qualidade dos produtos e serviços prestados, designadamente:

- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa.
- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes.

2. Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);

A atividade da Águas do Vale do Tejo encontra-se integrada na comunidade, partilhando ativamente com a mesma, os princípios de sustentabilidade em que acredita e sustenta a sua estratégia. Quanto mais sustentáveis forem os comportamentos dos cidadãos, mais eficiente será a atividade da empresa.

A Águas do Vale do Tejo tem tido um papel preponderante nas ações de sensibilização de carácter ambiental, aos diversos públicos-alvo. Estas têm incidido na promoção do uso racional da água para abastecimento evitando desperdícios e na rejeição adequada de águas residuais urbanas. Estas ações, desenvolvidas individualmente ou através de parcerias (municípios, associações ou outras entidades), têm tido um forte impacto a nível nacional.

A preocupação da empresa em prevenir o impacte ambiental, tão a montante quanto possível em todas as atividades da cadeia de valor, e, não sendo possível a sua prevenção, na proteção do ambiente, instituindo por via do Sistema de Gestão Ambiental o controlo operacional necessário. As preocupações ambientais da empresa têm uma perspetiva temporal alargada, que se refletem na prática, por uma procura persistente de respostas para problemas objetivos como o uso eficiente da água ou as alterações climáticas.

Ao nível da Política de Gestão da empresa os seguintes compromissos enquadram-se na promoção da proteção ambiental:

- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa.
- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social - Contribuir de forma ativa, inovadora e responsável para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente.

Contribuir continuamente para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas.

Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactos, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade.

- Combate e adaptação às Alterações Climáticas - Melhorar continuamente o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos.
- Economia Circular - Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

3. Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

Apesar de no âmbito da gestão delegada e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL ter assumido, a posição contratual da Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL afetos à gestão delegada prestam serviços à Águas do Vale do Tejo.

Deste modo, e tendo sido definida no Grupo AdP a política de igualdade de género, está em contínua implementação em todas as empresas o Plano para a igualdade de género.

A Política de Recursos Humanos do Grupo AdP baseia a relação com os seus colaboradores e com as suas colaboradoras, na confiança e na valorização das suas competências e garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a coesão social, no Grupo. A igualdade de oportunidades no trabalho, é garantida independentemente do género, idade, raça, religião, deficiência e/ou orientação sexual, de cada um.

Garantir o desenvolvimento individual dos/as colaboradores/as e harmonizar as suas competências, expectativas e motivações com as necessidades estratégicas das empresas é um dos desafios do Grupo AdP.

Concretamente na Águas do Vale do Tejo, a preocupação com a Igualdade de Género encontra-se vertida na sua Política de Gestão:

- Valorização dos trabalhadores/as e do seu contributo - Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade.

4. Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Apesar de no âmbito da gestão delegada e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL ter assumido, a posição contratual da Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL afetos à gestão delegada prestam serviços à Águas do Vale do Tejo.

A diversidade de idades dos/as trabalhadores/as da EPAL, nas várias categorias profissionais, é demonstrativa do sentido de inclusão das empresas. Observa-se uma tendência de maior número de técnicos operativos e administrativos em faixas etárias mais baixas.

No que respeita ao género, estão representados em todas as categorias profissionais.

A política não discriminatória do grupo é garantida logo no processo de seleção. A contratação de trabalhadores/as de minorias étnicas, de outras nacionalidades e com deficiência demonstra a política do Grupo relativa à promoção da igualdade de oportunidades.

Além de promover a integração de pessoas em situação de desvantagem no mercado de trabalho, a política de não discriminação do grupo promove ainda a sensibilização dos/as trabalhadores/as para as questões sociais e humanas, nomeadamente através da disseminação do código de ética e de conduta da EPAL. De realçar, que a AdP SGPS foi uma das empresas pioneiras na adesão código de conduta "Empresas

e HIV”, promovido pela Plataforma Laboral contra a sida. Esta iniciativa representa um importante contributo para a resposta à infeção pelo HIV, no local de trabalho, nomeadamente nas vertentes da não discriminação, da prevenção e do acesso ao tratamento.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, no seu ponto n.º 2, determina que as empresas do sector empresarial do estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações. Dando cumprimento ao previsto, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O relatório relativo à temática da avaliação das remunerações pagas a homens e mulheres na empresa, elaborado em 2024, avalia a diferença salarial entre homens e mulheres, relativamente à remuneração média e ao ganho médio do mês de dezembro, tendo presente a variável sexo, idade, nível de habilitação literária e categoria.

No sítio da internet da Empresa, em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/igualdade-de-genero/> e no site da EPAL em <https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/relat%c3%b3rio-remunerac%c3%b5es-pagas-a-mulheres-e-homens.pdf?sfvrsn=12> encontram-se publicados os Planos para a Igualdade de Género e o Relatório de Remunerações pagas a homens e mulheres.

5. Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPÉ);

Apesar de no âmbito da gestão delegada e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 maio, a EPAL ter assumido, a posição contratual da Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL afetos à gestão delegada prestam serviços à Águas do Vale do Tejo.

A empresa promove o crescimento profissional dos/as seus/suas trabalhadores/as, visando a expansão das suas aptidões e dos seus conhecimentos. Garantir que os/as trabalhadores/as têm as ferramentas necessárias ao desenvolvimento das suas competências constitui outro eixo fundamental ao nível dos recursos humanos.

Na empresa, os seguintes compromissos da sua Política de Gestão refletem as políticas de orientação para a valorização e motivação do indivíduo:

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes.

Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde.

- Formação, Competência e Conhecimento dos/as trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a empresa.

- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção, e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos.

Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho.

- Valorização dos trabalhadores/as e do seu contributo - Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa.

Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e

mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade.

6. Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

O Grupo, enquanto principal prestador de serviços no setor da água em Portugal, possui uma responsabilidade acrescida na área da inovação, da investigação e do desenvolvimento associados ao seu *core business*. Tendo um duplo papel na colaboração em parcerias, é, simultaneamente, fornecedor e cliente das sinergias que daí advêm, disponibilizando recursos e informação para o desenvolvimento da ciência, e recebendo novos conhecimentos e tecnologias para a melhoria da sua atividade.

A aposta em soluções eficientes potencia a sustentabilidade do negócio e proporciona uma melhor qualidade do serviço prestado a cidadãos, empresas e comunidade.

Na Águas do Vale do Tejo, a preocupação de responsabilidade económica e a referência a planos de ação para o futuro estão espelhadas na Política de Gestão, nomeadamente nos seguintes compromissos:

- Integridade, transparência, ética e anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da empresa entre as suas partes interessadas.

Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação.

- Gestão de Ativos – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização.

Gerir os ativos da empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção.

- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social - Contribuir de forma ativa, inovadora e responsável para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente.
Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas.
Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade.
- Combate e adaptação às Alterações Climáticas - Melhorar continuamente o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos.
- Resiliência organizacional e continuidade do negócio – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou as suas consequências e impactos.
Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas.
- Segurança da informação - Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados.

- Envolvimento da cadeia de fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha dos valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes.
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos.

X. Avaliação do Governo Societário

1. Menção à disponibilização em SISEE da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2024 por parte dos titulares da função acionista ou, caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto.

A Ata da Assembleia Geral de aprovação dos documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório e Contas e o Relatório do Governo Societário, relativa ao ano de 2024 foi submetida na plataforma SISEE.

2. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas¹ relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação² deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentada no <i>Relatório e Contas</i> uma avaliação da atividade desenvolvida. As atividades da Águas do Vale do Tejo, são, também, apresentadas no âmbito do relatório de Sustentabilidade, com periodicidade anual.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação da missão da Águas do Vale do Tejo, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu <i>Relatório e Contas</i> anual, do sítio da empresa na Internet e da página da Intranet da EPAL (empresa responsável pela gestão delegada da Águas do Vale do Tejo). Está também referido no Relatório de Sustentabilidade.

¹ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

² A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e os objetivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo prossegue as diretrizes do Grupo AdP em termos de sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade prosseguida pela Águas do Vale do Tejo encontra-se disponível no seu <i>Relatório de sustentabilidade</i>, no sítio da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Um dos compromissos da Águas do Vale do Tejo, evidenciado na sua estratégia de sustentabilidade, considerada na ambição “Trabalhar com propósito” é “garantir a igualdade de oportunidades”, relatando o seu desempenho no Relatório de Sustentabilidade. A Águas do Vale do Tejo submeteu o seu Plano de Igualdade de Género 2025, às entidades oficiais, que está disponível, no <i>site</i> da internet e intranet, para as suas partes interessadas. A Águas do Vale do Tejo possui implementado um Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, devidamente certificado.
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual à tutela e ao público em geral. Anualmente, é apresentado no <i>Relatório e Contas</i> uma avaliação da atividade desenvolvida pela Instituição.
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Toda a atividade da empresa é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a Águas do Vale do Tejo adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência,

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
		de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Não aplicável	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo não tem qualquer trabalhador/a no seu quadro de pessoal.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere a aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e possui procedimentos internos transparentes, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e do sítio da empresa. <p>No presente relatório consta do capítulo VIII.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O Código de Ética e Conduta da EPAL, adotado pela Águas do Vale do Tejo, expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente foi elaborado um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada trabalhador/a com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. <p>Não há despesas confidenciais ou não documentadas na Águas do Vale do Tejo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O <i>Código de Ética e Conduta adotado é o da EPAL</i>, o qual se encontra disponível no sítio da empresa, e na Intranet da EPAL.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.		

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Vale do Tejo está perfeitamente ajustada à complexidade da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Modelo de Governo da Águas do Vale do Tejo, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes órgãos sociais: a Assembleia-Geral; o Conselho de Administração; o Conselho Fiscal e o ROC.
<ul style="list-style-type: none"> Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os Administradores não executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores executivos. O Conselho Fiscal emite relatórios e pareceres sobre os documentos de prestação de contas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se praticam para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A auditoria anual às contas da Águas do Vale do Tejo é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, e a Direção Administrativa e Financeira.
<ul style="list-style-type: none"> Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os membros dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
		<ul style="list-style-type: none"> Em 2023 procedeu-se à nomeação dos órgãos sociais da Empresa para o triénio 2023-2025, tendo em 2025 sido nomeado o Conselho de Administração para a o triénio 2025/2027
<ul style="list-style-type: none"> O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e trabalhadores/as das empresas do Grupo AdP. Neste contexto, a Auditoria Interna e o Controlo de Risco têm como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte. Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.

Remunerações e outros direitos

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais é realizada através do <i>Relatório de Governo Societário</i> e do sítio da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da empresa é realizada através do <i>Relatório do Governo Societário</i> e do sítio da empresa.

Prevenção de conflitos de interesses

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:		

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
<ul style="list-style-type: none"> No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Vale do Tejo e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no <i>Estatuto do Gestor Público</i>, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

3. *Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.*

Não há outras informações relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de bom governo adotadas.

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha
Presidente do Conselho de Administração

Manuel Joaquim Barata Frexes
Vice-Presidente Conselho de Administração

Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira
Vogal Executivo do Conselho de Administração

Maria do Rosário Cardoso Águas
Vogal Executivo do Conselho de Administração

Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho
Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Joaquim Bernardo dos Santos Diogo
Vogal Não-Executivo Conselho de Administração

Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

XI. Anexos do RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE ou, no caso das empresas que não tenham órgão de fiscalização nomeado pela tutela, declaração dando conta desta situação.

(Anexo I)

2. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2025: aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cf. n.º 1 do mesmo artigo).

Deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vd. artigo 66.º-B do CSC).

(não aplicável na medida em que a Águas do Vale do Tejo não é uma empresa de interesse público)

Anexo I

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE

(Em anexo ao presente Relatório)

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.
SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE 2025

RELATÓRIO

1 – Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o Relatório do Governo Societário da sociedade Águas do Vale do Tejo, S.A., apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2025.

2 - O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Vale do Tejo, S.A. e a evolução dos seus negócios, quer designadamente mediante contacto e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal.

3 – O Relatório de Governo Societário foi preparado e aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026, dando cumprimento ao n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Esse artigo estabelece que, anualmente, deve ser apresentado um relatório do qual conste informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei.

4 – O nosso trabalho consistiu em analisar e verificar que o Relatório de Governo Societário cumpre o disposto no já referido Decreto-Lei e que ele é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no ano de 2025 pela Águas do Vale do Tejo, S.A. e da forma como se desenrolou a atividade.

5 – Regista-se, igualmente, que o Parecer do Revisor Oficial de Contas emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC S.A., em 24 de fevereiro de 2026, menciona expressamente, que o Relatório de Governo Societário da Águas do Vale do Tejo, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *“inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e a sua*

apresentação segue as instruções e modelo de apresentação incluídas no Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2025 publicado pela ETF.”

6 – O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que tem tido do Conselho de Administração e dos Serviços da Águas do Vale do Tejo, S.A. no desempenho das suas funções.

7 – Com base no trabalho desenvolvido, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relatório de Governo Societário relativo ao ano de 2025, apresentado pelo Conselho de Administração não é, em todos os aspetos materialmente relevante, adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário, adotadas no ano de 2025 pela Águas do Vale do Tejo, S.A. e da forma como se desenrolou a atividade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer favorável a que seja aprovado, pela Assembleia Geral da Águas do Vale do Tejo, S.A., o Relatório de Governo Societário relativo ao ano de 2025.

Sem afetar o nosso parecer, incluído no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes aspetos:

- a) O Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. submeteu à Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), em 13 de fevereiro de 2026, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e metas para o mandato. A referida proposta não foi ainda objeto de parecer prévio pela ETF e subsequente concordância das Tutelas Setorial e Financeira, pelo que o contrato de gestão ainda não foi celebrado.
- b) A Águas do Vale do Tejo, S.A. não dispôs, em 2025, de Conselho Consultivo, previsto no n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos, nem do seu Regulamento. Por isso, a Águas do Vale do Tejo, S.A. não submeteu proposta com os objetivos de qualidade de serviço, tal como previsto no Contrato de Concessão. O Conselho Fiscal reitera a recomendação de regularização da situação.
- c) No número 6, da Parte B do ponto VI - «Controlo interno e prevenção de riscos», estão descritos alguns dos principais riscos a que a Águas do Vale do Tejo, S.A. se encontra exposta, avaliados como de risco Elevado, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025, os quais carecem do devido acompanhamento e, na medida do possível, da implementação de medidas de mitigação:
 - i. Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em

- tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador; e
- ii. Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis no tratamento das águas residuais.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2026

O Conselho Fiscal

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais (Presidente)

Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva (Vogal)

António Manuel Pina Fonseca (Vogal)

Águas do Vale do Tejo, S.A.

**Parecer sobre o Relatório de Governo
Societário para o exercício findo em 31 de
dezembro de 2025**

PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Ao Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A.

Introdução

Em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, emitimos o nosso Parecer sobre o Relatório de Governo Societário da Águas do Vale do Tejo, S.A. (“Entidade”) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro pelo Conselho de Administração da Entidade.

Responsabilidade do órgão de gestão sobre o Relatório de Governo Societário

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e aprovação do Relatório do Governo Societário do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que apresente informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas do Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Este Relatório do Governo Societário é preparado para dar cumprimento ao disposto no nº 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseado nas instruções e modelo de relatório incluídas no Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2025 publicado pela Entidade do Tesouro e Finanças (“ETF”).

Responsabilidades do auditor sobre a revisão do Relatório de Governo Societário

A nossa responsabilidade relativamente ao Relatório do Governo Societário consiste em: (i) analisar e verificar se o mesmo inclui os elementos exigíveis ao cumprimento do disposto na Secção II (Práticas do Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro; e (ii) verificar se a apresentação do mesmo seguiu as instruções e modelo de apresentação incluídas no Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2025 publicado pela ETF.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Parecer

Com base no trabalho desenvolvido, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e a sua apresentação segue as instruções e modelo de apresentação incluídas no Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2025 publicado pela ETF.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC

Registo na OROC n.º 1496

Registo na CMVM n.º 20161106

*Visto. Concordo.
Dê-se conhecimento à Águas do
Vale do Tejo, S.A.*

*Visto. Concordo.
À consideração do Senhor
Diretor-Geral da Entidade do
Tesouro e Finanças.*

**ADITAMENTO de 11 de março ao
RELATÓRIO DE ANÁLISE N.º 26/2026, de 5 de março**

ASSUNTO: Relatório de Governo Societário 2025 da
Águas do Vale do Tejo, S.A.

CONCLUSÃO

O “Relatório de Governo Societário 2025” da Águas do Vale do Tejo, S.A. indicia o acompanhamento por parte da empresa das matérias previstas no RJSPE e traduz a forma como a empresa observa as disposições aplicáveis em termos de boas práticas de governo societário. **Assim, considera-se que o documento reúne as condições para merecer a aprovação por parte do titular da função acionista.**

1. ANTECEDENTES

Em 2026-03-04, a Águas do Vale do Tejo, S.A. (“AdVT”) submeteu através do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (“SISEE”) o *Relatório de Governo Societário 2025* (“RGS2025”), aprovado em 2026-02-24, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 2026-02-27. Da análise destes documentos resultou o presente Relatório de Análise.

2. ADITAMENTO

Por lapso na análise ao Relatório do Governo Societário da AdVT para o exercício de 2025 não foi considerado o Aviso do MENAC publicado no sítio desta entidade em 2025-10-02, que determina que «*caso não sejam identificadas atividades com riscos elevados ou máximos, a realização do relatório intercalar não é exigida*», pelo que se procedeu à emissão do presente Aditamento do Relatório de análise n.º 26/2026, de 5 de março, uma vez que a empresa refere não ter identificado atividades com riscos elevados ou máximos.

3. ENQUADRAMENTO

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, foram criados dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, e foi redominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., para AdVT, tendo por essa via sido substancialmente alterado o seu âmbito territorial. Dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, um deles somente na atividade de abastecimento. Os sistemas de saneamento anteriormente geridos pelas empresas cindidas Sanest, Simtejo e Águas do Oeste passaram, com a cisão em apreço, a ser da responsabilidade da Águas do Tejo Atlântico, e o sistema de saneamento anteriormente gerido pela Simarsul passou a ser gerido pela “nova” Simarsul.

A gestão e exploração do sistema de abastecimento de água da região Oeste foi alvo de um contrato entre a EPAL e a então Águas do Oeste, tendo a EPAL iniciado em janeiro de 2016 a gestão do sistema em regime de exclusividade. A operação, manutenção e exploração do sistema é assegurada pela EPAL, que entrega a água à AdVT nos pontos de entrega desta aos municípios, que por sua vez procede ao fornecimento aos seus clientes.

A AdVT tem por missão a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões servidas pelo sistema.

O capital social da AdVT é de 83.759.578 euros, conforme disposto no anexo VI do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 80.559.578 ações da categoria A, com o valor nominal de 1 euro e por 3.200.000 ações da categoria B, com o valor nominal de 1 euro. Apesar de estarem estatutariamente previstas, não existem ações da categoria C. As ações da categoria A e da categoria B são nominativas e assumem exclusivamente a forma escritural, podendo estas últimas, no entanto, ser convertidas em ações ao portador a pedido do acionista e mediante deliberação da Assembleia Geral.

Nos termos dos estatutos da empresa, o modelo de governo é composto pela Assembleia Geral (“AG”), Conselho de Administração (“CA”), Conselho Fiscal (“CF”) e Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (“SROC”), que não sejam membros daquele órgão, podendo ilustrar-se como segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, dentro dos limites legais.

Os membros da mesa da AG foram eleitos por assembleia geral de 2023-04-17 para o mandato 2023-2025. Na assembleia geral de 2024-03-22, face à renúncia ao cargo de Vice-Presidente da mesa da AG de Paulo Manuel Marques Fernandes (em 3 de janeiro de 2024), foi eleita para o cargo de Vice-Presidente da Mesa da AG, pelo restante período do mandato em curso, a AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.

A mesa da AG é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, os quais constituem igualmente os titulares da Mesa das Assembleias Especiais.

Mesa da Assembleia Geral

PRESIDENTE	Carlos Manuel Martins Condesso
VICE-PRESIDENTE	AdP SGPS, S.A.
SECRETÁRIA	Ana Cristina Rebelo Pereira

O artigo 18.º dos estatutos da sociedade estabelece que o CA é eleito em AG. O Presidente do CA é igualmente eleito em AG (artigo 20.º dos estatutos da sociedade), podendo este designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos. A administradora Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi, sob proposta do Presidente do CA, em reunião de Conselho de Administração de 2023-05-04, designada como Vice-Presidente do CA, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

O CA é composto por um número de membros fixado pela AG que os eleger, que deve situar-se entre um mínimo de cinco e um máximo de sete membros. Por deliberação da AG de 2023-

04-17, procedeu-se à eleição do CA, composto por sete membros, quatro executivos e três não executivos, para o mandato 2023-2025.

Conselho de Administração

PRESIDENTE	Carlos Manuel Martins
VICE-PRESIDENTE	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
VOGAL	Rui Manuel Gonçalves Lourenço
VOGAL	Telma Susana Rodrigues Correia
VOGAL NÃO EXECUTIVO	Joaquim Bernardo dos Santos Diogo
VOGAL NÃO EXECUTIVO	Jorge Manuel Alves de Faria
VOGAL NÃO EXECUTIVO	Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho

Em 2025-06-25, a AG deliberou aprovar a recomposição do CA, para um novo mandato a iniciar em 2025, mediante a dissolução, por mera conveniência, do CA então em funções, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 1, do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual. Esta deliberação produziu efeitos a 2025-06-25. O administrador Manuel Joaquim Barata Frexes foi, sob proposta do Presidente do CA, em reunião de CA de 2025-07-08, designado como Vice-Presidente do CA, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

A constituição do CA para o mandato 2025-2027 é a seguinte:

Conselho de Administração

PRESIDENTE	José Manuel Leitão Sardinha
VICE-PRESIDENTE	Manuel Joaquim Barata Frexes
VOGAL	Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira
VOGAL	Maria do Rosário Cardoso Águas
VOGAL NÃO EXECUTIVO	Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho
VOGAL NÃO EXECUTIVO	Joaquim Bernardo dos Santos Diogo
VOGAL NÃO EXECUTIVO	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

O CF é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em AG, sendo o seu presidente também por ela nomeado. O ROC, ou a SROC, é nomeado em AG, sob proposta do CF. Através de deliberação da AG de 2023-11-16, foram nomeados os membros do CF para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2023-2025.

Conselho Fiscal

PRESIDENTE	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
VOGAL EFETIVO	Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva
VOGAL EFETIVO	António Manuel Pina Fonseca
SUPLENTE	Eduardo Manuel Silva Lima

Em AG de acionistas de 2024-03-22, através de proposta do CF, foi nomeado o ROC para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato em curso.

Revisor Oficial de Contas		
SROC	DELOITTE & ASSOCIADOS – SROC, S.A.	SROC n.º 43
REPRESENTANTE	Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	ROC n.º 1496
ROC SUPLENTE	João Carlos Henriques Gomes Ferreira	ROC n.º 1129

4. ANÁLISE

Para a análise do RGS2025 da AdVT foram tomadas em consideração as orientações para o Setor Empresarial do Estado constantes da legislação em vigor. Em particular, a análise do RGS2025 da entidade teve por base o Capítulo II do RJSPE (“Princípios de governo societário”), tendo sido realizada na perspetiva da informação que consta do documento em apreço e seguindo o modelo do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário publicado no sítio da ETF¹. Analisado o RGS2025 apresentado pela AdTV à luz das disposições legais em vigor, **considera-se que o documento reúne as condições para merecer a aprovação por parte do titular da função acionista.**

No quadro seguinte apresenta-se a síntese das práticas de bom governo da entidade:

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 43.º	Apresentou Plano de Atividades e Orçamento para 2025 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	X	
	Obteve a aprovação pelas tutelas setorial e financeira do Plano de Atividades e Orçamento para 2025	X	
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X	
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	X	
Artigo 46.º	Elaborou os relatórios de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	X	
Artigo 47.º	Adotou um Código de Ética e divulgou o documento	X	
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral, caso lhe esteja confiada		X

¹ Acedível em: [“Modelo para a elaboração do RGS 2025”](#)

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X	
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X	
Artigo 51.º	Declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X	
Artigo 52.º	Declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças	X	
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a ETF tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do seu sítio na <i>internet</i>	X	
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização, em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	X	

Joana Crisóstomo
Consultora

Anexo: Tabela de Análise referente ao RGS2025 da AdTV.

Anexo ao Relatório de Análise n.º 26/2026

Tabela de Análise referente ao Relatório de Governo Societário 2025 da
Águas do Vale do Tejo, S.A.

Joana Crisóstomo
Consultora

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

ORIENTAÇÃO	PÁGINA	CUMPRE	OBSERVAÇÕES (5)
I. SÍNTESE			
Boas Práticas de Governo Societário			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2025.	6	sim	
2. Tabela que consta do "Modelo para a elaboração do RGS 2025" disponibilizado no sítio na internet da ETF corretamente preenchida.	7	sim	
II. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS			
1. <i>Indicação da Missão e da forma como é prosseguida, assim como da Visão e dos Valores que orientam a empresa:</i>			
a) Indicação da Missão e da forma como é prosseguida;	9	sim	
b) Indicação da Visão que orienta a empresa;	9	sim	
c) Indicação dos Valores que orientam a empresa.	9 a 13	sim	
2. <i>Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da Estratégia definida, designadamente:</i>			
a) <i>Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e plano (com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental, a conservação dos recursos da qualidade);</i>	18 a 20	sim	
b) <i>Grau de cumprimento dos mesmos, assim como justificação dos desvios verificados e medidas de correção aplicadas ou a aplicar.</i>	20 e 21	sim	
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	21	sim	
4. Evidência da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa.	21 e 22	sim	
III. ESTRUTURA DE CAPITAL			
Estrutura de capital			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: Capital estatutário ou Capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa.	23 e 24	sim	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	25 e 26	sim	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições.	26	sim	
IV. Participações sociais e obrigações detidas			
1. Identificação das participações sociais que a empresa detém, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação.	27	sim	
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	27	sim	
3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das pessoas indicadas no n.º 2 do artigo 447.º do CSC.	27	sim	
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa.	28	sim	

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

ORIENTAÇÃO	PÁGINA	CUMPRE	OBSERVAÇÕES (5)
V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES			
A. Modelo de Governo			
1. Identificação do modelo de governo adotado	29	sim	
B. Mesa da Assembleia Geral			
1. Composição da Mesa da Assembleia Geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).	30	sim	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.	30 e 31	sim	
C. Administração e Supervisão			
1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.	31	sim	
2. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.	31 e 32	sim	
3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com identificação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).	32 e 33	sim	
4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.	34	sim	
5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.	34 a 47	sim	
6. Menção sobre a apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.	48	sim	
7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.	48	sim	
8. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.	48 a 51	sim	
9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas;	51 e 52	sim	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;	52 a 54	sim	
c) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;	54 e 55	sim	
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas, assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.	55	n.a.f.	

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

ORIENTAÇÃO		PÁGINA	CUMPRE	OBSERVAÇÕES (5)
D. Fiscalização				
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras.	56	sim	
2.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.	56 a 60	sim	
3.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.	60	n.a.f.	
4.	Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.	60	n.a.f.	
5.	Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.	60	sim	
6.	Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).	61	sim	
7.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes.	61	sim	
8.	<i>Funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:</i>			
a)	Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro;	62	sim	
b)	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.	62 e 63	sim	(1)
E. Revisor Oficial de Contas				
1.	Identificação dos membros efetivo e suplente: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) ou ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam. Indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).	63	sim	
2.	Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa.	63	sim	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.	64	sim	
4.	Outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.	64 e 65	sim	
F. Conselho Consultivo				
1.	Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).	65	sim	
G. Auditor Externo				
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.	65	sim	
2.	Explicação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.	65	n.a.f.	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.	65	n.a.f.	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços constantes da tabela referentes ao ponto V.G.4 do Modelo de Relatório de Governo Societário.	65	n.a.f.	

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

ORIENTAÇÃO		PÁGINA	CUMPRE	OBSERVAÇÕES (5)
VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA				
A. Estatutos e comunicações				
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.	65	sim	
2.	Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.	65 a 68	sim	
3.	Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional.	69 e 70	sim	
B. Controlo interno e prevenção de riscos				
1.	Existência de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).	71 a 76	sim	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de prevenção e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.	76	sim	
3.	Em caso de existência de plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.	76 a 78	sim	
4.	Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.	79	sim	
5.	Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	79	sim	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.	79 e 80	sim	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, prevenção e mitigação de riscos.	80	sim	
8.	Principais elementos do SCI e de prevenção de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.	80	sim	
C. Regulamentos e Códigos				
1.	Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.	81 a 84	sim	
2.	Código de Ética:			
a)	Referência à existência de um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores;	84 a 86	sim	
b)	Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (vide artigo 47.º do RJSPE).	84 a 86	sim	
3.	Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC):			
a)	Referência à existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR, vd. artigo 6.º do RGPC);	86 e 87	sim	
b)	Referência à elaboração de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo (vd. alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC);	87	sim	(2)
c)	Referência à elaboração de relatório de avaliação anual (vd. n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC);	88	sim	
d)	Referência à existência de um código de conduta, por parte das entidades abrangidas, nos termos e de acordo com o disposto no artigo 7.º do RGPC (poder-se-á mencionar a inclusão destas disposições do RGPC no Código de Ética).	88 e 89	sim	

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

ORIENTAÇÃO		PÁGINA	CUMPRE	OBSERVAÇÕES (5)
D. Deveres especiais de informação				
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:			
a)	Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;	89	sim	
b)	Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;	89	sim	
c)	Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;	89	sim	
d)	Orçamento anual e plurianual;	89	sim	
e)	Documentos anuais de prestação de contas;	90	sim	
f)	Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.	90	sim	
E. Sítio na Internet				
1.	Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos (vide artigo 53.º do RJSPE):			
a)	Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais;	90	sim	
b)	Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;	90	sim	
c)	Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;	90	sim	
d)	Documentos de prestação de contas anuais e caso aplicável, as semestrais;	90	sim	
e)	Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;	90	sim	
f)	Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.	91	sim	
2.	Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes documentos (todos os documentos devem estar devidamente assinados e datados e, nos casos aplicáveis, incluir também referência ao ato de aprovação pelo órgão de administração e respetiva data):			
a)	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada;	91	sim	
b)	Código de Ética;	92	sim	
c)	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);	92	sim	
d)	Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;	92	não	(2)
e)	Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR;	92	sim	
f)	Código de Conduta;	92	sim	
g)	Relatório sobre remunerações por género;	92	sim	
h)	Informação anual do modo como foi prosseguida a missão da empresa, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vd. artigo 45.º do RJSPE);	92	sim	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)				
1.	Referência ao contrato celebrado com a empresa pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade.	93	sim	
2.	Quando aplicável, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vd. n.os 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE). A empresa deve apresentar evidência do seguinte:			
a)	Elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;	93 e 94	sim	(3)
b)	Essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade;	93 e 94	sim	(4)
c)	A proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.	93 e 94	sim	(5)

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

ORIENTAÇÃO		PÁGINA	CUMPRE	OBSERVAÇÕES (5)
VII. REMUNERAÇÕES				
A. Competência para a Determinação				
1.	Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da empresa.	95	sim	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	95	sim	
3.	Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSP, isto é, de que se abstém de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	96	sim	
B. Comissão de Fixação de Remunerações				
1.	Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.	96	sim	
C. Estrutura das Remunerações				
1.	Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	97	sim	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa.	97 a 102	sim	
3.	Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.	102	n.a.f.	
4.	Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.	103	n.a.f.	
5.	Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.	103	n.a.f.	
6.	Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.	103	n.a.f.	
D. Divulgação das Remunerações				
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.	103	sim	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.	103 a 105	sim	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.	105	n.a.f.	
4.	Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.	105	sim	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.	106	sim	
6.	Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.	106	sim	
VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS				
1.	Mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.	107 e 108	sim	
2.	Informação sobre outras transações:			
a)	Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;	108 e 109	sim	
b)	Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;	109 e 110	sim	
c)	Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).	110	sim	

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

ORIENTAÇÃO		PÁGINA	CUMPRE	OBSERVAÇÕES (5)
IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL				
1.	Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores;	111	sim	
2.	Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável;	112 e 113	sim	
3.	Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;	113 e 114	sim	
4.	Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;	114 e 115	sim	
5.	Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional;	115 a 117	sim	
6.	Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).	117 a 119	sim	
X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO				
1.	Menção à disponibilização em SISEE ou SiRIEF da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas (ai se incluindo o RGS) de 2024 por parte dos titulares da função acionista, ou, caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto.	120	sim	
2.	Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:			
a)	Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto, página);	120 a 125	sim	
b)	Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.	120 a 125	sim	
3.	Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.	125	sim	
XI. ANEXOS				
1.	Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE ou, no caso das empresas que não tenham órgão de fiscalização nomeado pela tutela, declaração dando conta desta situação.	127	sim	
2.	Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2023: aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cf. n.º 1 do mesmo artigo).	127	n.a.f.	

n.a.f. - não aplicável fundamentado

Relatório de Governo Societário 2025. Cumprimento das Orientações Legais

OBSERVAÇÃO	COMENTÁRIO	REFERÊNCIA DA ORIENTAÇÃO
(1)	O vogal do CF António Manuel Pina da Fonseca aparece "sem informação".	Secção V.D. ponto 8. alínea b)
(2)	Considerando o Aviso do MENAC publicado no sítio desta entidade em 02-10-2025, que determina que « caso não sejam identificadas atividades com riscos elevados ou máximos, a realização do relatório intercalar não é exigida », a AdVT não elaborou o relatório aqui em referência.	Secção VI.C. ponto 3. alínea b) (entre outros)
(3)	Nos termos do n.º 4 da cláusula 7.ª do Contrato de Concessão, a AdVT dispunha de 6 meses a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão para propor os objetivos ao Conselho Consultivo. Assim o referido prazo terminaria no final de 2015, sendo certo que não existindo ainda Regulamento do Conselho Consultivo aprovado nos termos do artigo 24.º n.º 6 do Decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de maio, não foi possível submeter a proposta.	Secção VI.F. ponto 2. alínea a)
(4)	Nos termos do n.º 4 da cláusula 7.ª do Contrato de Concessão, a AdVT dispunha de 6 meses a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão para propor os objetivos ao Conselho Consultivo. Assim o referido prazo terminaria no final de 2015, sendo certo que não existindo ainda Regulamento do Conselho Consultivo aprovado nos termos do artigo 24.º n.º 6 do Decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de maio, não foi possível submeter a proposta.	Secção VI.F. ponto 2. alínea b)
(5)	Nos termos do n.º 4 da cláusula 7.ª do Contrato de Concessão, a AdVT dispunha de 6 meses a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão para propor os objetivos ao Conselho Consultivo. Assim o referido prazo terminaria no final de 2015, sendo certo que não existindo ainda Regulamento do Conselho Consultivo aprovado nos termos do artigo 24.º n.º 6 do Decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de maio, não foi possível submeter a proposta.	Secção VI.F. ponto 2. alínea c)